



## EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 48/2024

### SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA – TJRR torna público para conhecimento dos interessados que fará licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, do tipo menor preço nas condições estabelecidas neste Edital, a serem regidas pela Lei n.º 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006, [Decreto Federal n.º 11.462/2023](#), [Instrução Normativa SEGES n.º 73/2022](#), [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 03/2023](#), [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 007/2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, conforme consta nos autos do Procedimento Administrativo TJRR n.º SEI 0006447-10.2024.8.23.8000.

### DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

**DATA:** 08/11/2024

**HORÁRIO:** 10h00min (horário de Brasília)

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

**Código UASG:** 925480

### 1. DO OBJETO

1. Formação de Sistema de Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de infraestrutura de TI contemplando consultoria, projetos, instalação, configuração e apoio técnico em ambientes críticos de Data Center com monitoramento remoto, suporte e administração de sistemas gerenciadores de bancos de dados, sistemas operacionais e servidores de aplicação e Instalação de ambiente computacional para sustentação de aplicações críticas (SEI, Projudi, Sistemas Administrativos e Portais WEBS), para atender às necessidades dos Poder Judiciário do Estado de Roraima, conforme Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

### 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor máximo desta licitação, corresponde ao montante é de **R\$ 1.155.779,04 (um milhão, cento e cinquenta e cinco mil setecentos e setenta e nove reais e quatro centavos)**.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste **Pregão** os interessados que estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TJRR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

#### 3.2. Não será admitida a participação de empresas:

- a) cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- b) suspensas de participar de licitações ou impedidas de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça de Roraima, durante o prazo da sanção aplicada;
- c) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação;
- d) proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98, ou nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- e) com quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas nos arts. 9º e 14 da Lei nº 14.133/21;
- f) reunidas em consórcio, qualquer que seja a forma de sua constituição;
- g) em processo de falência;
- h) estrangeiras não autorizadas a funcionar no país.

3.3. O art. 15 da Lei 14.133/2021 prevê a possibilidade de participação em certames públicos de empresas reunidas em consórcios, salvo vedação devidamente justificada, considerando como discricionária a permissão de participação de empresas em consórcio, diversos autores, o E. STJ e entendimento do Tribunal de Contas da União, indicam que a participação de consórcios somente seria obrigatória nas licitações em que a **vultuosidade, a heterogeneidade e a inviabilidade de parcelamento material do objeto licitado tornem o universo de possíveis licitantes demasiadamente restrito**, logo, depreende-se não ser o caso da licitação em tela.

3.4. É defeso ao servidor público transacionar com o TJRR diretamente ou como representante, procurador ou intermediário na forma do art. 110, X, XIII e XIV da LC Estadual n.º 053/2001, ou de outra lei estadual ou municipal que proíba a participação na licitação de servidor que exerça gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, ou exerça o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

### 4. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1. Os interessados poderão impugnar as especificações técnicas, condições ou exigências previstas neste edital, por eventual violação à disposição legal, através de petição devidamente instruída, fundamentada e encaminhada ao Pregoeiro, por meio eletrônico - email: [salc@tjrr.jus.br](mailto:salc@tjrr.jus.br), em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

4.2. Qualquer dúvida existente sobre os termos do edital poderá ser objeto de pedido de esclarecimento, por escrito, ao Pregoeiro em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, seguindo os mesmos trâmites do subitem anterior.

4.3. Os pedidos de esclarecimentos e de impugnação deverão conter, no mínimo:

- a) o número desta licitação, CNPJ/CPF, razão social, endereço completo, nome completo do representante legal/funcionário ou interessado subscritor do pedido e o e-mail para resposta;
- b) a exposição da dúvida para o correto entendimento das regras do edital, ou a indicação do item, cláusula ou condição do edital que pretenda questionar, devendo, neste caso, vir acompanhada das razões da impugnação.

4.4. O Pregoeiro decidirá sobre a impugnação.

4.5. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para ciência dos interessados.

## 5. DA PROPOSTA

5.1. A **licitante** deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento dessa documentação.

5.2. A **licitante** deverá consignar, expressamente no sistema eletrônico, o valor ofertado para cada item, já considerados e inclusos no valor apresentado todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

5.3. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

5.4. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

5.5. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

5.6. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.6.1. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** no cadastro dos dados da proposta no sistema *compras.gov.br* importa desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

5.7. As propostas terão validade de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.8. Até a abertura da sessão, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

5.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3. Cabe a **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

## 7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. No horário previsto para a abertura das propostas, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com as especificações e as condições estabelecidas no Edital.

7.2. A análise de preços superiores aos previstos no Termo de Referência - Anexo I do edital será realizada após a fase de lances.

7.3. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

## 8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

8.2. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

8.3. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

8.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.5. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório.

8.5.1. A **licitante** poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.6. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 10,00**.

8.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os **licitantes** apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.13. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a. disputa final, hipótese em que os **licitantes** empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b. avaliação do desempenho contratual prévio dos **licitantes**, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c. desenvolvimento pelo **licitante** de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d. desenvolvimento pelo **licitante** de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.14. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital **licitante** ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

- b. empresas brasileiras;
- c. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**8.15.** Esgotadas todas as alternativas de desempate elencadas nos itens **8.13** e **8.14**, será realizada nova convocação das licitantes, via *Comprasnet*, para que, caso tenham interesse, apresentem nova proposta no período de 03 (três) horas, com preço inferior aquele que deu origem ao empate.

**8.15.1.** De forma a garantir a efetividade da medida, poderá ser realizado contato telefônico, por e-mail ou outro meio legítimo, comunicando aos licitantes do empate e solicitando atenção à convocação via sistema para envio de proposta com preço de desempate.

**8.15.2.** A menor proposta apresentada, dentre as licitantes, será a vencedora para fins de desempate.

## **9. DO BENEFÍCIO AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**9.1.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

**9.1.1.** a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor máximo para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;

**9.1.2.** Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**9.1.3.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

**9.1.4.** A empresa convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

**9.2.** Não ocorrendo adjudicação, nos termos previstos no **subitem 9.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da **licitante** detentora da proposta originalmente melhor classificada, se houver compatibilidade de preço com o valor de referência e a **licitante** for considerada habilitada.

## **10. DA NEGOCIAÇÃO**

**10.1.** O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente a **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo para a contratação.

**10.1.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

## **11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINAL, DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**11.1.** A **licitante** classificada provisoriamente em primeiro lugar, no prazo de 3h (três) horas, se outro não for fixado, contados da convocação efetuada pelo **Pregoeiro**, prorrogável por igual período, deverá encaminhar a sua proposta, em PDF, ajustada ao último lance, **conforme modelo - Anexo II do Edital**, devidamente preenchida de acordo com as especificações do Termo de Referência.

**11.2.** O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor máximo fixado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

**11.2.1.** O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TJRR, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

### **11.3. Deverá constar na proposta:**

- a) a individualização da **licitante**, com razão social, CNPJ, endereço completo, telefone, indicação de endereço eletrônico (*e-mail*), dados bancários (nome do banco, números da conta corrente e da agência) e assinatura do representante legal da **licitante**;
- b) a descrição clara do objeto cotado e demais especificações, conforme o Termo de Referência - Anexo I do edital;
- c) indicação única de preço em reais, com exibição dos valores unitário e total com duas casas decimais em algarismos; e
- d) sempre quando for possível, índices, folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da **licitante**, a fim de garantir a integridade da documentação e da proposta.

**11.4.** Não será admitida a proposta manifestamente inexecutável, assim considerada aquela que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado e que não venha a ser demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os preços ofertados são coerentes com os de mercado ou suficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.

**11.4.1.** Havendo indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, o pregoeiro solicitará a arrematante a comprovação da exequibilidade.

**11.4.2.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**11.4.3.** A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o **subitem 10.4.1**, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

### **11.5. Não será aceita e será desclassificada a proposta:**

- a) que não comprovar a sua exequibilidade, quando solicitada pelo pregoeiro;
- b) que apresentar valores unitários ou global superiores aos preços indicados pelo TJRR;
- c) que não for redigida (digitada ou datilografada) no idioma nacional, estiver ilegível, contenha rasuras, ou outros defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- d) com ilegalidades, ou vícios, omissões e irregularidades insanáveis;
- e) que não forem corrigidas as irregularidades ou falhas sanáveis apontadas pelo pregoeiro;
- f) que estiver em desacordo com as condições e especificações do objeto previstas neste edital;

**11.6.** O critério adotado para julgamento da proposta será o de menor valor global para o grupo.

**11.7.** Todas as especificações do objeto, o preço e demais condições ofertadas na proposta vencedora vinculam o **fornecedor registrado**.

**11.8.** Se a proposta não for aceitável ou se a **licitante** deixar de enviar a documentação exigida, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

## **12. DA PROVA DE CONCEITO(POC)**

**12.1.** A licitante classificada provisoriamente em primeiro será convocada para realização de POC, no Poder Judiciário do Estado de Roraima, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, para aferir o atendimento de requisitos e funcionalidades mínimas da solução especificada no Anexo I do Edital (Termo de Referência);

**12.2. A Prova de Conceito (POC) está disciplinada no item 9 do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.**

### **13. DA HABILITAÇÃO**

**13.1.** A habilitação das **licitantes** será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada no subitem **12.2** deste edital, de acordo com os [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**13.1.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 03h (três horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

**13.1.2.** As **licitantes** que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

**13.2.** As **licitantes** deverão complementar os documentos de habilitação referidos no subitem anterior, relativos à:

#### **13.2.1. Qualificação Econômico-Financeira**

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da **licitante** ou comprovação, por certificação do juízo falimentar competente, de que a licitante possui plano de recuperação judicial deferido e homologado judicialmente, nos termos do art. 58, da Lei nº 11.101/2005, estando apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento do contrato;

b) Comprovação de que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

#### **13.2.2. Qualificação Técnica**

a) A CONTRATADA deverá demonstrar sua aptidão para a execução do objeto, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência anterior na prestação de serviços especializados de suporte e administração de sistemas gerenciadores de bancos de dados, sistemas operacionais e servidores de aplicação. Para fins de habilitação, a(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar os seguintes documentos:

a1) Para o **item 1**, do Anexo II do edital, atestado(s) de capacidade técnica, comprovando a experiência da LICITANTE com, no mínimo, 600 USTs.

a2) Para os **itens 2 e 3**, do Anexo II do edital, atestado(s) de capacidade técnica, comprovando a experiência da LICITANTE com, no mínimo, 4 (quatro) instâncias de banco de dados MySQL e 4 (quatro) instâncias de banco de dados PostgreSQL.

a3) O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s), obrigatoriamente, em papel timbrado, no qual deverá constar, no mínimo, as seguintes informações:

a3.1) Razão social, CNPJ e endereço completo da empresa emitente;

a3.2) Razão social da CONTRATADA;

a3.3) Número e vigência do contrato, se for o caso;

a3.4) Descrição do objeto e quantitativos contratados;

a3.5) Declaração que atesta o atendimento satisfatório ao objeto da contratação;

a3.6) Local e data de emissão;

a3.7) Identificação do responsável pela emissão do atestado, cargo, contato (telefone e correio eletrônico); e

a3.8) Assinatura do responsável pela emissão do atestado.

b) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

c) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.

d). O(s) atestado(s) apresentado(s) poderá(ão) ser objeto de diligência a critério da CONTRATANTE, para a verificação da autenticidade do conteúdo. Se encontrada divergência entre o especificado no atestado de capacidade e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no presente processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

e) A exigência da comprovação de capacidade técnica é justificada pela necessidade em assegurar que a empresa CONTRATADA possui o conhecimento e a experiência mínima anterior para fornecer uma solução de atendimento eficaz e compatível com as demandas específicas do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), dada a criticidade e importância da solução a ser contratada.

f) Para comprovação da experiência profissional, a empresa deverá apresentar declaração de que disponibilizará, no momento da assinatura do contrato:

f1) Profissional(is) com experiência mínima de 2 (dois) anos em Gerência de Projetos e;

f.1.1) Profissional(is) com escolaridade de nível superior em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), na área de Tecnologia da Informação ou em qualquer outra área, desde que detenha pós-graduação (latu sensu ou strictu sensu) na área de Tecnologia da Informação, com perfil de Administrador de Banco de Dados e que possua, no mínimo:

f1.2) OCP 11g - Oracle Database 11g Administrator Certified Professional;

f1.3) OCP 12c - Oracle Database 12c Administrator Certified Professional;

f1.4) OCS - Oracle Linux 6 Certified Implementation Specialist;

f1.5) PostgreSQL 9.6 Associate Certification e;

f1.6) MySQL 8.0 Database Administrator

g) A qualificação e o tempo de experiência dos profissionais deverão ser comprovados por meio da apresentação de seus currículos sempre que houver solicitação pelo CONTRATANTE. Os dados informados nos currículos deverão ser comprovados por meio de diplomas, declarações da instituição de ensino, certificados, registros em carteira de trabalho ou contratos de trabalho assinados e serão exibidos à CONTRATANTE sempre que solicitado.

**13.3.** A **licitante** obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

**13.4.** A licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**13.5.** O pregoeiro verificará eventual enquadramento nas vedações elencadas no item 3 – Da Participação na Licitação, mediante consulta ao:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

c) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico [www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

d) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**13.6.** As consultas previstas no subitem anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária **licitante** e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**13.7.** O enquadramento da **licitante** em qualquer das hipóteses do subitem 3.2 acarretará, como consequência, a inabilitação da **licitante**.

**13.8.** A **licitante** deverá comprovar que sua atividade empresarial se relaciona ao objeto desta licitação mediante apresentação de seu ato constitutivo, ou outro documento hábil, além de informar o nome e CPF de seu administrador e/ou sócio majoritário, salvo se tal informação já constar no SICAF.

**13.9. Quanto a regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, serão observado os seguintes procedimentos:**

**13.9.1.** A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato. No entanto, o licitante ME ou EPP, por ocasião da participação neste certame, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**13.9.2.** Homologado o certame e havendo alguma restrição à comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da microempresa ou empresa de pequeno porte, a licitante será intimada para, no prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, regularizar sua situação fiscal e/ou trabalhista, na forma prevista no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006.

**13.9.3.** A não regularização da documentação, no prazo acima previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 16 deste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Ata e/ou Contrato ou revogar a licitação.

**13.10.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito ao registro de preços e à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**13.11.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**13.12.** Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

**13.12.1.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**13.13.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**13.14.** Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**13.15.** Os documentos que não apresentarem data de validade serão considerados válidos para este certame pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua emissão.

**13.16.** Será inabilitada a **licitante** que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**13.17.** No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**13.18.** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.

#### **14. DO RECURSO**

**14.1.** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, imediatamente após o término do julgamento das propostas, e do ato de habilitação, ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade competente autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**14.1.1.** O prazo para protocolizar a intenção de recurso será de 10 (dez) minutos, após os atos de:

- a) julgamento das propostas;
- b) classificação ou Desclassificação;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante

**14.1.2.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação via sistema ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**14.1.3.** Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação via sistema ou de divulgação da interposição do recurso.

**14.1.4.** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**14.1.5.** O recurso será dirigido ao Pregoeiro, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.1.6.** Não serão acolhidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

**14.1.7.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados..

**14.2.** Caberá as **licitantes**, encerrada a etapa de lances, a consulta regular ao sistema "[compras.gov.br](https://compras.gov.br)" a fim de verificar se foi declarada a vencedora e se está aberta a opção para a interposição de recurso.

**14.3.** O recurso será decidido pelo Secretário-Geral (autoridade competente).

#### **15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**15.1.** A adjudicação e homologação deste **Pregão** compete ao Secretário-Geral do Tribunal de Justiça de Roraima.

**15.2.** O objeto deste **Pregão** será adjudicado à **licitante** vencedora a critério menor preço para grupo.

#### **16. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**16.1.** As infrações e sanções administrativa previstas nos artigos 155 e 156, da Lei 14.133/2021 serão aplicadas, garantida a ampla defesa e o contraditório, conforme a [INSTRUÇÃO NORMATIVA TJRR/SG N. 007/2023](#), publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 26 de setembro de 2023.

**16.2.** As licitantes ou contratadas que descumprirem, total ou parcialmente, regra estabelecida no edital de licitação do TJRR ficarão sujeitas às seguintes sanções, conforme definido em instrumento convocatório:

- a. multa;
- b. impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima;
- c. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

**16.2.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- e. fraudar a licitação;

- f. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**16.2.2.** As condutas praticadas durante o procedimento licitatório em que o valor estimado da contratação supere R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), poderá ser cumulativamente aplicada a penalidade de multa no percentual de 1% do valor estimado da licitação.

**16.2.3.** Nas condutas previstas nas alíneas "a", "b", "c", e "d", quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**16.2.4.** Quando a conduta ensejar a prática de mais de uma infração, será aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/3 até a metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

**16.3.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**16.4.** A aplicação das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na [Lei n.º 14.133/2021](#), e subsidiariamente na Lei Estadual n.º 418/2004.

**16.5.** A sanção aplicada definitivamente será registrada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e nos sistemas internos do Tribunal, conforme o caso.

**16.6.** As sanções inerentes à execução contratual estão previstas no termo de referência e no contrato anexos desse edital.

## **17. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**17.1.** Após a homologação do certame, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo 03 (três) dias corridos, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021.

**17.1.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

**17.2.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

**17.3.** **Não será aceita cotação parcial de preços, todas as cotações lançadas serão na totalidade dos itens previstos na licitação.**

**17.4.** As demais disposições sobre o registro de preços estão no texto no **ANEXO V**.

**17.5.** O órgão gerenciador será o Tribunal de Justiça de Roraima - TJRR.

**17.6.** Nesse certame não haverá órgãos na condição de participantes.

**17.7.** No mesmo prazo da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor deverá apresentar Declaração Antinepotismo, constante do Anexo III do Edital, e Termo de Compromisso com a Sustentabilidade, conforme o disposto no Anexo IV, deste Edital.

## **18. DO CADASTRO DE RESERVA**

**18.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

**18.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**18.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**18.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**18.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

**18.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- a. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **19. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**19.1.** Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor beneficiário poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para retirada do instrumento contratual, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar de sua convocação para fornecer o objeto, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**19.1.1.** No mesmo prazo da assinatura do contrato o fornecedor deverá apresentar Declaração Antinepotismo, constante do Anexo III do Edital, e Termo de Compromisso com a Sustentabilidade, conforme o disposto no Anexo IV, deste Edital.

**19.2.** Poderá ser acrescentada ao ajuste qualquer vantagem apresentada pelo fornecedor registrado em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

**19.3.** Por ocasião da retirada do instrumento contratual, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.

**19.4.** Quando a **licitante** convocada não retirar do instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra **licitante** para retirar do instrumento contratual, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação

**19.5.** As condições de pagamento e outras obrigações estão previstas no Termo de Referência - Anexo I do edital.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1.** **Excepcionalmente**, a licitante poderá encaminhar a documentação complementar solicitada pelo pregoeiro através do e-mail: [salc@tjrr.jus.br](mailto:salc@tjrr.jus.br), desde que reste comprovada a inviabilidade de envio por meio do sistema.



**20.2.** Os documentos remetidos por meio do sistema *compras.gov.br* poderão ser solicitados em original ou cópia autenticada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo pregoeiro.

**20.2.1.** Os originais ou cópias autenticadas, caso seja solicitadas, deverão ser encaminhadas a Subsecretaria Aquisições, Licitações e Credenciamentos, localizada no Prédio Administrativo do TJ/RR, situada na Av. Ene Garcez, n.º 1696, 3º Piso, Sala 335, Bairro de São Francisco, na Cidade de Boa Vista - RR - CEP 69.305.135.

**20.3.** A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação exigida neste edital ou solicitada pelo **Pregoeiro**, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Instrumento Convocatório.

**20.3.1.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**20.4.** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Sistema *compras.gov.br* e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão estas últimas.

**20.5.** O acompanhamento e a fiscalização do instrumento contratual será exercidos por um representante da Administração especialmente designado pela Secretaria Demandante.

**20.6.** É facultado ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase deste procedimento licitatório, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**20.7.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**20.8.** Este edital estará à disposição dos interessados, pela Internet, nos endereços <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e [www.tjrr.jus.br](http://www.tjrr.jus.br) (menu “licitações”), será publicado na forma da lei, e deverá ser lido e interpretado na íntegra, não sendo aceitas alegações de desconhecimento após a entrega da proposta.

**20.9.** O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/21.

**20.10.** Não serão aceitos protocolos de entrega de solicitação de documentos, em substituição aos documentos exigidos pelo presente edital e seus anexos.

**20.11.** A **licitante**, caso seja vencedora, manterá preposto, aceito pelo TJRR, durante o período de vigência da Ata, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado, no ato da assinatura da Ata, mediante declaração em que deverá constar o nome completo, n.º do CPF e do documento de identidade, endereço de *e-mail* e número de telefone válidos para o recebimento de informações e notificações, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

**20.12.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**20.13.** As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**20.14.** São partes integrantes deste edital independente de transcrição: o Termo de Referência (Anexo I), Modelo de apresentação de proposta de preços detalhada após o encerramento dos lances (Anexo II), Modelo de Declaração Antinepotismo (Anexo III), Termo de Compromisso com a Sustentabilidade (Anexo IV), Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo V) e Minuta do Contrato (Anexo VI).

**20.15.** Os casos omissos serão solucionados pela Secretaria-Geral.

Manoel Martins da Silva Neto  
Subsecretário de Aquisições, Licitações, e Credenciamentos

## ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA TIC N.º 71/2024 - EVENTO SEI n.º (2111046).

### TERMO DE REFERÊNCIA N.º 71/2024

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE TI CONTEMPLANDO CONSULTORIA, PROJETOS, INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E APOIO TÉCNICO EM AMBIENTES CRÍTICOS DE DATA CENTER COM MONITORAMENTO REMOTO, SUPORTE E ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS GERENCIADORES DE BANCOS DE DADOS, SISTEMAS OPERACIONAIS E SERVIDORES DE APLICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE AMBIENTE COMPUTACIONAL PARA SUSTENTAÇÃO DE APLICAÇÕES CRÍTICAS (SEI, PROJUDI, SISTEMAS ADMINISTRATIVOS E PORTAIS WEBS), PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA.**

#### 1. INTRODUÇÃO

**1.1.** Toda a ação da Administração Pública é manejada com fundamento nos princípios da supremacia do interesse público e indisponibilidade do interesse público, os quais formam o regime jurídico-administrativo constante no ordenamento jurídico nacional. Além disso, de forma expressa, o constituinte elencou no art. 37 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, de sorte que os agentes públicos possuem o dever de observar em todas as suas ações tais princípios como direcional necessário tanto para a organização de ações administrativa, quanto para o possível, impactos que essas ações culminarão.

**1.2.** A Constituição Federal trouxe como regra o dever de licitar para as contratações de empresas especializadas em obras, serviços, compras e alienações, assim todas as vezes que a Administração Pública necessita comprar produtos, ou contratar serviços deve percorrer as fases do Procedimento Licitatório, previsto na Lei 14.133/2021.

**1.3.** É por meio do procedimento administrativo de licitar, em submissão à regra constitucional, que a administração tem a possibilidade: a) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública; b) assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; c) evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; e d) incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

#### 2. OBJETO

**2.1.** O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de infraestrutura de TI contemplando consultoria, projetos, instalação, configuração e apoio técnico em ambientes críticos de Data Center com monitoramento remoto, suporte e administração de sistemas gerenciadores de bancos de dados, sistemas operacionais e servidores de aplicação e Instalação de ambiente computacional para sustentação de aplicações críticas (SEI, Projudi, Sistemas Administrativos e Portais WEBS), para atender às necessidades dos Poder Judiciário do Estado de Roraima.

**2.2.** A contratação em tela trata-se de serviço contínuo, o qual de acordo com o inciso XI, do art. 6º da Lei 14.133/2021 são serviços contratados pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas. Trata-se de serviço comum, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (inciso XIII, art. 6º).

### 2.3. Da Especificação do Objeto

**2.3.1.** Os serviços de suporte técnico deverão contemplar as manutenções corretivas e evolutivas para o Banco de Dados PostgreSQL e MySQL e não poderão acarretar custos adicionais ao CONTRATANTE, além do contratado.

**2.3.2.** Entende-se por "manutenção corretiva" uma série de procedimentos destinados a recolocar o Banco de Dados PostgreSQL e MySQL em pleno estado de funcionamento, removendo definitivamente os defeitos apresentados.

**2.3.3.** Entende-se por "manutenção evolutiva" o fornecimento de novas versões e/ou releases do Banco de Dados PostgreSQL e MySQL, lançadas durante a execução do Contrato.

**2.3.4.** Os serviços de suporte técnico consistem em um registro para abertura de chamados técnicos, objetivando a resolução de problemas e dúvidas quanto ao funcionamento do Banco de Dados PostgreSQL e MySQL.

**2.3.5.** Os serviços de suporte técnico deverão permitir a abertura de chamados 24x7.

**2.3.6.** A demanda prevista está relacionada à quantidade de servidores virtualizados para atender à necessidade do PostgreSQL e MySQL. Dessa forma, a necessidade no âmbito do TJRR é a descrita no quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Justificativa
1	Serviço de suporte e administração de sistemas gerenciadores de bancos de dados, sistemas operacionais e servidores de aplicação.	UST	1200	A quantidade estimada para contratação equivale a possibilidade de execução de serviços demandados e extraordinários que vierem a surgir durante sua vigência do contrato.
2	Monitoramento de instância de produção MySQL (24x7), pelo período de 12 (doze) meses.	Instância	8	O serviço será anual, devendo ser executado conforme o período de vigência Contratual.
3	Monitoramento de instância de produção PostgreSQL (24x7), pelo período de 12 (doze) meses.	Instância	8	O serviço será anual, devendo ser executado conforme o período de vigência Contratual.

**2.3.7.** Os itens 1, 2 e 3 devem suportar ambientes de produção, desenvolvimento e homologação.

**2.3.8.** O site do TJRR possui os seguintes servidores de banco de dados instalados, sob o modelo de replicação Master-Slave:

- Servidor de banco de dados PostgreSQL de produção que atende ao Processo Judicial Eletrônico - PROJUDI;
- Servidor de banco de dados PostgreSQL de produção que atende aos sistemas administrativos;
- Servidor de banco de dados MySQL de produção que atende o sistema gerenciador de documentos eletrônicos - SEI;
- Servidor de banco de dados MySQL de produção que atende os portais web do TJRR.
- Por existirem 4 (quatro) servidores de banco de dados funcionando em master-slave, visando garantir os recursos de redundância e alta disponibilidade, balanceamento de carga e recursos de backup, o monitoramento inicial consistirá em 8 (oito) instâncias. Considerando a possibilidade do aumento da infraestrutura de banco de dados, seja pelo crescimento da base de dados, pela escalabilidade, diversidade de aplicações ou mesmo requisitos de isolamento, sugere-se a possibilidade de contratação de até 8 instâncias de MySQL e 8 de PostgreSQL, totalizando 16 (dezesesseis) instâncias.

**2.3.9.** A expectativa de consumo de UST's contratada tem cunho global podendo ser utilizada tanto em atividades rotineiras quanto de suporte ou demanda, respeitando-se o total de UST's previstas em contrato.

### 2.4. Da Implantação e Configuração da Solução

**2.4.1.** Deverá ser realizada, até o 5º (quinto) dia útil após a assinatura do Contrato pelas partes, uma reunião de alinhamento remota, com a participação do preposto da CONTRATADA e o(s) profissional(is) indicado(s) no item 6.7. Atestados de capacidade técnica, conforme agendamento efetuado pelo Gestor do Contrato, com o objetivo de:

- a. Identificar as expectativas a respeito da Solução contratada;
- b. Nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas neste Termo, no Contrato, no Edital e em seus Anexos, esclarecendo, caso necessário, possíveis dúvidas acerca do objeto;
- c. Apresentação ao CONTRATANTE de um número de telefone que possibilite ligações gratuitas ou com custo de ligações locais para sua central de atendimento e o endereço de e-mail para fins de abertura acompanhamento de chamados e resolução de dúvidas sobre a Solução contratada;
- d. Repasse de informações, pelo CONTRATANTE, a respeito do ambiente PostgreSQL e MySQL, bem como outras que porventura venham a agregar valores ao bom desempenho da execução do objeto;
- e. Comprovação de vínculo profissional entre a Contratada e o(s) profissionais indicados no item 6.7. Atestados de capacidade técnica. A comprovação poderá ser efetuada mediante a apresentação de cópia autenticada da ficha de registro de empregado, com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho; registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, Contrato de Prestação de Serviços ou, ainda, qualquer outro meio admitido pela legislação pertinente. Para os dirigentes de empresas, tal comprovação poderá ser feita através de cópia da Ata da Assembleia em que se deu sua investidura no cargo ou, ainda, do Contrato Social.

**2.4.2.** Outros requisitos:



- a. O dimensionamento das equipes para atendimento do objeto é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, devendo ser suficiente para o cumprimento integral dos requisitos e níveis mínimos de serviços exigidos.
- b. O Gestor do Contrato apresentará à CONTRATADA a relação nominal da Equipe Técnica autorizada a abrir e fechar chamados para o eventual serviços de suporte técnico da Solução.
- c. Durante a reunião de alinhamento, o Gestor do Contrato ou outro servidor devidamente designado pela STI fornecerá à CONTRATADA os acessos para a execução dos serviços contratados no ambiente do CONTRATANTE.
- d. Caso não haja a apresentação, pela CONTRATADA, durante a reunião de alinhamento, do(s) profissional(is) exigido(s) nas alíneas "5.2.1" e "5.2.2", poderá ensejar a sanção de penalidade de rescisão contratual e/ou multa.
- e. Após a reunião de alinhamento deverá ser gerada uma Ata com o resultado da mesma e esta deverá ser assinada pelo Gestor, fiscais do contrato e pela CONTRATADA.
- f. Os profissionais indicados nas alíneas "5.2.1" e "5.2.2", deverá(ão) efetivamente fazer parte da equipe de suporte, consultoria com operação assistida e monitoramento da Solução contratada, admitindo-se sua(s) substituição(ões) por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado(s) previamente pelo Gestor do Contrato.
- g. A equipe técnica da Contratada deverá ser adequadamente dimensionada em termos qualitativos e quantitativos, sendo capaz de executar todos os serviços dispostos neste estudo.

## **2.5. Do Projeto de Execução dos Serviços**

- a. No prazo de até 5 (cinco) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à data da realização da reunião de alinhamento, a CONTRATADA deverá apresentar aos fiscais do Contrato, através do e-mail [redes@tjrr.jus.br](mailto:redes@tjrr.jus.br), o Projeto de Execução dos Serviços contratados pela CONTRATANTE, podendo ainda, propor alterações e/ou ajustes, desde que sejam apresentados os devidos apontamentos.
- b. Caso haja a necessidade de alterações e/ou ajustes no Projeto de Execução dos Serviços, a CONTRATADA terá o prazo de até 3 (três) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil após o recebimento da notificação expedida pelo CONTRATANTE, para reapresentá-lo ao Gestor do Contrato.
- c. Após as alterações/ajustes, caso haja necessidade, a equipe de gestão do contrato aprovará o Projeto de Execução dos Serviços, apresentado pela CONTRATADA em até 5 (cinco) dias consecutivos.
- d. Com as devidas justificativas e respeitando-se o prazo de início da execução dos serviços, o Projeto de Execução dos Serviços poderá sofrer ajustes, desde que seja solicitado pelas partes e de comum acordo.

## **2.6. Da Disponibilização da solução**

- a. A solução deverá ser disponibilizada pela CONTRATADA no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil após a aprovação do Projeto de Execução dos Serviços.
- b. A comunicação de disponibilização da Solução deverá ser efetuada via e-mail, nos endereços "[redes@tjrr.jus.br](mailto:redes@tjrr.jus.br)" e "[subinf@tjrr.jus.br](mailto:subinf@tjrr.jus.br)", juntamente com seus códigos de ativação ou outros documentos pertinentes, caso necessário.
- c. Os serviços de suporte e administração de sistemas gerenciadores de bancos de dados, sistemas operacionais e servidores de aplicação, serão executados sob demanda e de acordo com as necessidades do CONTRATANTE.

## **2.7. Dos requisitos de segurança da informação**

- a. Os serviços deverão estar em conformidade com a norma ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013.
- b. Qualquer divulgação de informação sigilosa ou considerada sigilosa pelo CONTRATANTE representará quebra de contrato e estará sujeita a multa de 10% (dez por cento) do valor total da contratação;
- c. Necessidade de assinatura de acordo de confidencialidade - ANEXO III - TERMO DE COMPROMISSO COM A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO/TJRR
- d. Toda e qualquer informação referente a rede, estrutura física e quaisquer outros itens são classificadas como sigilosa pelo TJRR, salvo disposição em contrário por esta Corte, sua divulgação ensejará quebra de sigilo.
- e. IEC 60950, em conformidade com a Portaria n.º 170/2012 do INMETRO, que apresenta os requisitos de avaliação da conformidade para bens de informática;
- f. ABNT NBR ISO/IEC 27000: 2016 que estabelece a visão geral dos Sistemas de Gerenciamento de Segurança da Informação;
- g. ISO/IEC 27033-4:2014 que fornece orientação para proteger as comunicações entre redes usando gateways de segurança.

### **2.7.1. Requisitos de segurança sob o ponto de vista técnico:**

- a. O acesso às instalações do Contratante onde serão realizados os serviços deverá ser controlado e permitido somente às pessoas autorizadas.
- b. A Contratada deverá substituir imediatamente aquele profissional que seja considerado inconveniente à boa ordem ou que venha a transgredir as normas disciplinares do TJRR.
- c. Os profissionais disponibilizados pela Contratada para a prestação dos serviços deverão estar identificados com crachá de identificação da mesma, estando sujeitos às normas internas de segurança do TJRR, inclusive àquelas referentes à identificação, trajes, trânsito e permanência em suas dependências.
- d. A Contratada deverá acatar e obedecer às normas de utilização e segurança das instalações do TJRR.
- e. Os profissionais deverão utilizar a conta que lhe for atribuída, de forma controlada e intransferível, mantendo secreta a sua respectiva senha, pois todas as ações efetuadas através desta, serão de responsabilidade do profissional da Contratada.
- f. A Contratada deverá manter os seus profissionais informados quanto às normas disciplinares do TJRR, exigindo sua fiel observância, especialmente quanto à utilização e segurança das instalações.
- g. A Contratada deverá garantir a segurança das informações do TJRR e se comprometer em não divulgar ou fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido do TJRR no curso da prestação dos serviços, a menos que autorizado formalmente e por escrito para tal.
- h. A contratada e seus profissionais devem manter sigilo absoluto sobre documentos elaborados e informações obtidas dentro do TJRR.

## **2.8. De metodologia de trabalho**

**2.8.1.** Os serviços de suporte e administração de sistemas gerenciadores de bancos de dados e monitoramento serão de responsabilidade da CONTRATADA, que deverá prover todos os equipamentos, softwares, licenças e tudo mais que se fizer necessário, inclusive os demais custos envolvidos na implantação, de forma a garantir o funcionamento de todas as funcionalidades dos serviços especificados.

**2.8.2.** Da Execução dos Serviços de Suporte Técnico e do Monitoramento dos Bancos de Dados PostgreSQL e MySQL.

**2.8.2.1.** Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá garantir a disponibilização das atualizações para o Banco de Dados PostgreSQL e MySQL, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

**2.8.2.2.** A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo gerenciamento no que se refere ao Banco de Dados PostgreSQL e MySQL, contemplando, minimamente, os seguintes itens:

- a. Instalação e configuração da Solução;
- b. Monitoramento, gerenciamento e suporte técnico; e
- c. Resolução de incidentes, gerenciamento e identificação da causa raiz de problemas, inclusive com a aplicação de patches e upgrades quando necessário.

**2.8.2.3.** A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela execução do serviço de suporte e administração de sistemas gerenciadores de bancos de dados, sistemas operacionais e servidores de aplicação (item 01), observando-se as exigências dispostas no item 2 e seus subitens, do Anexo I - Características do serviço de suporte e administração de sistemas gerenciadores de bancos de dados, deste instrumento.

**2.8.2.4.** A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela execução dos serviços de monitoramento de instância de produção MySQL (24x7) e PostgreSQL (24x7) (itens 2 e 3), observando-se as exigências dispostas no item 3 e seus subitens, do Anexo I - Características do serviço de suporte e administração de sistemas gerenciadores de bancos de dados, deste instrumento.

**2.8.2.5.** A CONTRATADA deverá realizar, proativamente, a abertura de chamados técnicos com base nas informações de monitoramento enviadas e/ou detectadas pela Solução. Nesse caso, o momento considerado como o de abertura do chamado será o envio de alerta.

**2.9. Da Dinâmica de Execução dos Serviços**

**2.9.1.** Os atendimentos providos pela execução dos serviços de suporte técnico, na modalidade 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), deverão ser executados por telefone do tipo 0800 ou portal disponibilizado pela CONTRATADA, em língua portuguesa do Brasil.

**2.9.2.** Os serviços serão executados remotamente pela CONTRATADA, porém, por conveniência da CONTRATANTE, poderão ser executados na Sede Administrativa Ed Luiz Rosalvo Indrusiak FIN do Poder Judiciário do Estado de Roraima - TJRR, localizado na Av Ene Garcez nº 1696 Bairro São Francisco CEP 69305-135.

**2.10. Dos Serviços de Suporte Técnico e do Monitoramento aos Bancos de Dados PostgreSQL e MySQL**

**2.10.1.** A mensuração do Nível Mínimo de Serviço exigível para o Suporte Técnico será aferida mediante a exigência dos requisitos de qualificação técnica da equipe da CONTRATADA, cuja comprovação poderá ser solicitada a qualquer tempo, inclusive durante o atendimento dos profissionais de Suporte Técnico.

**2.10.2.** Durante a execução contratual poderá haver ajuste no escalonamento do nível de severidade e de acompanhamento em tempo real dos serviços de suporte técnico.

**2.10.3.** A não observância, pela CONTRATADA, dos tempos máximos de resolução dos chamados estabelecidos no Acordo de Nível de Serviço - ANS, disposto na tabela de severidade constante no item CARACTERÍSTICAS DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO, poderá configurar descumprimento de condição essencial da contratação, podendo ensejar a aplicação imediata de eventuais sanções.

**2.10.4.** A verificação da observância do Acordo de Nível de Serviço acordado será controlada pelo sistema de abertura de chamados e comprovada por meio do Relatório Mensal de Atendimento de Suporte Técnico e Monitoramento, contrapostas às informações cadastradas em sistema(s) de controle de chamados da Contratada. Tais atividades serão gerenciadas pelo Gestor e pelo Fiscal Técnico do Contrato.

**2.10.5.** A comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, dar-se-á por meio do canal disponibilizado pela CONTRATADA – WEB, sistema de correio eletrônico, Discagem Direta Gratuita (0800) ou telefone fixo da área do CONTRATANTE.

**2.10.6.** Além do controle por meio do sistema informatizado disponibilizado pela CONTRATADA, o acompanhamento da execução do serviço de Suporte Técnico e Monitoramento, também será realizado pelo CONTRATANTE.

**3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** O serviço deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes neste instrumento.

**3.2. Justificativa**

**3.2.1.** A Infraestrutura Tecnológica do poder Judiciário de Roraima sofreu nos últimos anos uma grande expansão dos seus recursos de TIC, nesses anos foram realizadas várias aquisições que equipamentos de hardware, software e soluções de conectividade, tudo através de recursos próprios.

**3.2.2.** Dessas contratações foram criadas soluções onde envolvem a criação e aquisição de diversos sistemas, a exemplo SEI, SCRIBA, PROJUDI entre outros 50 Sistemas dessa corte, o qual necessitam de serviços específicos de monitoramento contínuo e administração em ambientes críticos de Tecnologia da Informação (Banco de Dados).

**3.3. Alinhamento Estratégico**

**3.3.1.** A contratação encontra-se em consonância com o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, período de 2021 - 2026, com o Plano Anual de Contratações 2024, e bem como foi aprovada pelo Comitê Gestor de TIC:

Planejamento Estratégico Institucional 2021 – 2026	
Perspectiva:	Orçamento e Tecnologia
Alinhamento:	Macrodesafio 12 do CNJ: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados
Objetivo estratégico:	OE9. Assegurar a transformação digital e a segurança da informação
Diretrizes:	Realizar a integração de sistemas; Aprimorar as funcionalidades dos sistemas; Aprimorar a segurança da informação; Manter e evoluir a infraestrutura de TI.
Indicador:	IE 9.4: Índice de disponibilidade do poder computacional;
Fórmula de cálculo:	Média de consumo de recursos nos períodos de pico no período de aferição
Metas:	2023: a definir; 2024: a definir; 2025: a definir; 2026: a definir;
Plano Anual de Contratações - PAC 2024	
Item:	35

**3.4. Objetivos**

- 3.4.1. A contratação da solução visa alcançar os seguintes objetivos:
- a. Obter ganho de tempo na identificação e correção de problemas com análise especializada que direcionará as soluções;
  - b. Obter segurança nas decisões e alterações baseadas em uma análise sistematicamente precisa;
  - c. Manter o parque tecnológico de banco de dados regularizado conforme política de licenciamento do próprio fabricante;
  - d. Reduzir o tempo de resolução nas indisponibilidades ou correções emergenciais;
  - e. Prevenir eventuais falhas e antecipar soluções de possíveis problemas;
  - f. Obter melhoria no desempenho das respostas às consultas em banco de dados;
  - g. Permitir diagnóstico claro, rápido e objetivo de situações incomuns no servidor de banco de dados.

3.5. Referência aos Estudos Preliminares

3.5.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Formalização de Demanda (DFD) e os Estudos Preliminares, encaminhados pelo Setor de Aplicações, ambos constantes no Processo SEI nº 0006447-10.2024.8.23.8000.

3.6. Análise de Mercado de TIC

3.6.1. Considerando as necessidades e requisitos da demanda descritos no item 3.1 dos Estudos Preliminares, visualizou-se no mercado de TIC três alternativas de solução:

- a. Solução 1: Contratação de empresa por posto de trabalho;
- b. Solução 2: Utilização de servidores do órgão para operacionalização dos serviços e;
- c. Solução 3: Contratação de empresa para prestação de serviços de TI por UST (Unidade de Serviço Técnico).

3.6.2. Analisando a primeira possibilidade, contratação por posto de trabalho, por decisão dos órgãos de controle, que desencorajam este tipo de contratação por não garantir a execução do serviço, pela possibilidade de ociosidade da mão de obra contratada a produtividade é duvidosa, sendo o produto entregue difícil de avaliar, pois normalmente não possui indicadores claros do que foi pedido e o que foi entregue.

3.6.3. A segunda opção, também é inviável, pois o TJRR não possui a quantidade de servidores no corpo técnico suficiente para exercerem, com segurança, as atribuições exigidas para a administração, operação e manutenção de todos os serviços providos pela infraestrutura de TI do TJRR.

3.6.4. Isto posto, identificamos que a terceira opção, contratação de empresa para prestação de serviços de TI por UST, é a melhor alternativa, pois permite a execução especializada e a aferição do serviço prestado, avaliando a forma, a qualidade, o custo, os prazos, ou seja, se todos os acordos estão sendo cumpridos.

3.7. Benefícios

3.7.1. A escolha da contratação visa os seguintes benefícios:

- 1. Suporte tecnológico e segurança da informação ao ambiente computacional do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima;
- 2. Execução das tarefas de operação, sustentação, gerenciamento, suporte, segurança da informação e administração de bancos dados corporativos por meio de Ordens de Serviços, utilizando o modelo de remuneração baseado em Unidade de Serviço Técnico – UST, para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado de Roraima;
- 3. Execução das tarefas de monitoramento e resolução proativa de incidentes de bancos de dados corporativos utilizando o modelo de remuneração baseado em Unidade de Serviço Técnico – UST, para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
- 4. Serviço de suporte e administração de sistemas gerenciadores de bancos de dados, com monitoramento de instâncias de produção MySQL e PostgreSQL em período 24x7.

3.8. Impacto ambiental

3.8.1. A empresa contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o [art. 225 da Constituição Federal de 1988](#), em conformidade com a Lei 14.133/2021.

3.8.2. A CONTRATADA deverá adotar, na execução dos serviços, práticas de sustentabilidade ambiental, práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização, nos termos estabelecidos na Resolução Nº 468 de 15/07/2022, Art. 33, Caput. Serão observados em todas as contratações de bens e serviços critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos do art. 144 da Lei no 14.133/2021.

3.8.3. A empresa contratada deverá observar, sempre que possível, para a execução dos serviços as normas em vigor atinentes à sustentabilidade ambiental, bem como as boas práticas estabelecidas na [Resolução nº 400/2021](#), pelo Plano de Logística Sustentável do CNJ e o Plano de Logística Sustentável 2021 a 2026 do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

4. ESTRATÉGIA DE CONTRATAÇÃO

4.1. Da Natureza do Objeto da Contratação

4.1.1. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, que trata das normas gerais de licitações e contratos administrativos, observamos que o objeto em questão pode ser especificado objetivamente com base em padrões usuais do mercado. Portanto, consideramos que esta contratação se enquadra como bem ou serviço comum, conforme definido na referida lei.

4.1.2. A contratação em tela trata-se de serviço, o qual de acordo com o inciso XI, do art. 6º da Lei 14.133/2021 são atividades ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração.. Trata-se de serviço comum, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (inciso XIII, art. 6º).

4.2. Do Parcelamento

4.2.1. Ao analisar a descrição do objeto, fica evidente que a demanda consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de infraestrutura de TI, para execução das tarefas de operação, sustentação, gerenciamento e monitoramento, suporte, segurança da informação e administração de bancos dados corporativos. Esses elementos estão intrinsecamente correlacionados e são partes essenciais da solução proposta.

4.2.2. Optar pela centralização da responsabilidade em uma única empresa CONTRATADA se mostra mais adequado, facilitando assim o acompanhamento de problemas e soluções, além de simplificar a verificação das causas e atribuição de responsabilidades, aumentando o controle sobre a execução contratual.

4.2.3. Dado que o objeto não pode ser parcelado, a adjudicação deve ser realizada a uma única empresa, com base no critério do menor valor global.

Item	Descrição	Und	Qtde
1	Serviço de suporte e administração de sistemas gerenciadores de bancos de dados, sistemas operacionais e servidores de aplicação.	UST	1200

2	Monitoramento de instância de produção MySQL (24x7), pelo período de 12 (doze) meses.	Instância	8
3	Monitoramento de instância de produção PostgreSQL (24x7), pelo período de 12 (doze) meses.	Instância	8

#### 4.3. Modalidade e Tipo de Licitação

4.3.1. Dada a natureza do objeto, a modalidade de licitação mais adequada seria o "Pregão", preferencialmente em sua forma eletrônica, e utilizando o critério de seleção do "Menor Preço". Essa modalidade de licitação busca assegurar a obtenção da melhor proposta com o menor valor, garantindo assim uma seleção mais eficiente e econômica para a Administração Pública.

#### 4.4. Qualificação econômico-financeira

4.4.1. Quanto à qualificação econômico-financeira, observado o art. 69 da Lei 14.133/2021, a fim da licitante demonstrar a aptidão para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, deverão ser exigidos:

- Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante ou comprovação, por certificação do juízo falimentar competente, de que a licitante possui plano de recuperação judicial deferido e homologado judicialmente, nos termos do art. 58, da Lei n.º 11.101/2005, estando apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento do contrato;
- Comprovação de que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

### 5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. A CONTRATADA deverá demonstrar sua aptidão para a execução do objeto, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando experiência anterior na prestação de serviços especializados de suporte e administração de sistemas gerenciadores de bancos de dados, sistemas operacionais e servidores de aplicação. Para fins de habilitação, a(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar os seguintes documentos:

5.1.1 Para o **item 1**, atestado(s) de capacidade técnica, comprovando a experiência da LICITANTE com, no mínimo, 600 USTs.

5.1.2. Para os **itens 2 e 3**, atestado(s) de capacidade técnica, comprovando a experiência da LICITANTE com, no mínimo, 4 (quatro) instâncias de banco de dados MySQL e 4 (quatro) instâncias de banco de dados PostgreSQL.

5.1.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s), obrigatoriamente, em papel timbrado, no qual deverá constar, no mínimo, as seguintes informações:

- Razão social, CNPJ e endereço completo da empresa emitente;
- Razão social da CONTRATADA;
- Número e vigência do contrato, se for o caso;
- Descrição do objeto e quantitativos contratados;
- Declaração que atesta o atendimento satisfatório ao objeto da contratação;
- Local e data de emissão;
- Identificação do responsável pela emissão do atestado, cargo, contato (telefone e correio eletrônico); e
- Assinatura do responsável pela emissão do atestado.

5.1.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

5.1.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo 1 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato.

5.1.6. O(s) atestado(s) apresentado(s) poderá(ão) ser objeto de diligência a critério da CONTRATANTE, para a verificação da autenticidade do conteúdo. Se encontrada divergência entre o especificado no atestado de capacidade e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no presente processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

5.1.7. A exigência da comprovação de capacidade técnica é justificada pela necessidade em assegurar que a empresa CONTRATADA possui o conhecimento e a experiência mínima anterior para fornecer uma solução de atendimento eficaz e compatível com as demandas específicas do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), dada a criticidade e importância da solução a ser contratada.

5.2. Para comprovação da experiência profissional, a empresa deverá apresentar declaração de que disponibilizará, no momento da assinatura do contrato:

5.2.1. Profissional(is) com experiência mínima de 2 (dois) anos em Gerência de Projetos e;

5.2.2. Profissional(is) com escolaridade de nível superior em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), na área de Tecnologia da Informação ou em qualquer outra área, desde que detenha pós-graduação (latu sensu ou strictu sensu) na área de Tecnologia da Informação, com perfil de Administrador de Banco de Dados e que possua, no mínimo:

- OCP 11g - Oracle Database 11g Administrator Certified Professional;
- OCP 12c - Oracle Database 12c Administrator Certified Professional;
- OCS - Oracle Linux 6 Certified Implementation Specialist;
- PostgreSQL 9.6 Associate Certification e;
- MySQL 8.0 Database Administrator.

5.2.3. A qualificação e o tempo de experiência dos profissionais deverão ser comprovados por meio da apresentação de seus currículos sempre que houver solicitação pelo CONTRATANTE. Os dados informados nos currículos deverão ser comprovados por meio de diplomas, declarações da instituição de ensino, certificados, registros em carteira de trabalho ou contratos de trabalho assinados e serão exibidos à CONTRATANTE sempre que solicitado.

### 6. PRAZOS

6.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

6.2. O instrumento contratual será assinado no prazo de até 02 (dois) dias úteis, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Vigência contratual

6.3.1. Para os itens 1, 2 e 3, por se tratarem de serviços de natureza continuada, terão prazo de vigência de 1 (um) ano, contados da assinatura do contrato, podendo o prazo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, de acordo com o Art. 107 da Lei. 14.133/21.

7. ORÇAMENTO ESTIMADO

7.1. Com base na instrução do procedimento administrativo nº 0006447-10.2024.8.23.8000, pode-se inferir que o valor estimado da contratação é de **R\$ 1.155.779,04 (um milhão, cento e cinquenta e cinco mil setecentos e setenta e nove reais e quatro centavos).**

Item	Descrição	Und	Qtde	Valor unitário	Valor mensal estimado	Valor Anual Estimado do Contrato
1	Serviço de suporte e administração de sistemas gerenciadores de bancos de dados, sistemas operacionais e servidores de aplicação.	UST	1200	R\$ 400,05	Sob demanda	R\$ 480.060,00
2	Monitoramento de instância de produção MySQL (24x7), pelo período de 12 (doze) meses.	Und	96	R\$ 3.519,37	R\$ 28.154,96	R\$ 337.859,20
3	Monitoramento de instância de produção PostgreSQL (24x7), pelo período de 12 (doze) meses.	Und	96	R\$ 3.519,37	R\$ 28.154,96	R\$ 337.859,52
Total						<b>R\$ 1.155.779,04</b>

- 7.2. Para o item 1, o pagamento será realizado mensalmente, de acordo com os quantitativos consumidos no período.
- 7.3. Para os itens 2 e 3, o pagamento será efetuado mensalmente, conforme quantidade de instâncias contratadas, onde cada instância corresponde ao total de 12 (doze unidades).
- 7.4. O preço deverá abranger todos os impostos, taxas e demais encargos, assim como quaisquer atividades ou insumos necessários à execução do objeto, mesmo quando não expressamente indicados, não cabendo, posteriormente, quaisquer acréscimos previsíveis.
- 7.5. O quantitativo apresentado é uma estimativa, razão pela qual a CONTRATANTE não está obrigada a realizar a execução em sua totalidade, sendo realizada sob demanda, mediante expedição de ordem de serviço específica à CONTRATADA, durante a vigência contratual.

8. GARANTIA

- 8.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração, por meio da FISCALIZAÇÃO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do contrato, podendo optar por:
- a. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
  - b. Seguro-garantia;
  - c. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
  - d. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- 8.1.1. O prazo para apresentação de garantia contratual é prorrogável por igual período, a critério da Administração.
- 8.2. A garantia deverá possuir validade até 03 (três) meses após o término da vigência contratual, conforme inciso I, do art. 97 da Lei 14.133/2021.
- 8.3. Nos termos do art. 97, inciso I, da Lei 14.133/2021, a adequação da garantia legal prestada é condição para acréscimos, supressões e eventuais repactuações contratuais.

9. PROVA DE CONCEITO

- 9.1. Em vista de aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas da solução ofertada e especificada neste instrumento e seus anexos, o Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR) promoverá Prova de Conceito (PoC).
- 9.2. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar poderá, a critério da contratante, ser convocada para realização de PoC, no Poder Judiciário do Estado de Roraima, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, visando aferir o atendimento de requisitos e funcionalidades mínimas da solução especificada neste instrumento e Anexos.
- 9.3. A PoC será realizada por equipe técnica designada para aferição do atendimento dos itens descritos no ANEXO IV - PROVA DE CONCEITO DA FERRAMENTA DE MONITORAMENTO DE INSTÂNCIAS DE BANCO DE DADOS deste instrumento.
- 9.4. A versão da solução (Plataforma) que for utilizada na PoC, deverá ser a mesma ou superior na implantação. O TJRR se reserva o direito de não aceitar versão inferior na implantação em relação à versão apresentada na PoC.
- 9.5. Todos os itens de verificação da PoC (Anexo III) serão analisados no critério “Atende?”, de modo que deverá ser assinalado o preenchimento para as opções:
- a. “SIM”: se o requisito foi integralmente atendido;
  - b. “NÃO”: se o requisito não foi integralmente atendido.
- 9.6. Para a aprovação na PoC, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos requisitos definidos deverão ser atendidos. Esse índice será calculado tomando-se a soma do percentual atribuído a cada requisito integralmente atendido para obter-se o percentual total de atendimento.
- 9.7. Caso a solução (Plataforma) demonstre o atendimento de pelo menos 90% (noventa por cento), não atingindo os 100% (cem por cento), a CONTRATADA deverá realizar os ajustes necessários, devendo a ferramenta atender 100% dos requisitos previstos no ANEXO IV - PROVA DE CONCEITO DA FERRAMENTA DE MONITORAMENTO DE INSTÂNCIAS DE BANCO DE DADOS, bem como em todos os requisitos previstos no instrumento convocatório e seus Anexos, no encerramento da fase de implantação, após assinatura contratual.
- 9.8. A responsabilidade pela configuração e parametrização destes componentes é exclusiva da licitante habilitada, cabendo ao TJRR o acompanhamento dessa atividade para garantir que a demonstração seja efetuada de forma legítima e comprove a capacidade da solução (Plataforma), de produzir as funcionalidades relacionadas na verificação de conformidade.
- 9.9. Todas as despesas decorrentes da participação na PoC são de responsabilidade da licitante.
- 9.10. A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da PoC, informando sobre o atendimento dos requisitos e funcionalidades para a referida solução.
- 9.11. Caso o relatório indique que a solução ofertada está em conformidade com as especificações exigidas, e, tendo a licitante comprovado a situação regular de sua habilitação, será declarada vencedora do certame.
- 9.12. Caso seja indicado que a solução foi aprovada com ressalvas, a licitante deve realizar os ajustes necessários e disponibilizá-la para a realização de testes complementares, no prazo de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, contados da data de ciência do relatório e convocação pelo Pregoeiro.

**9.13.** Caso o novo relatório indique a não-conformidade da solução tecnológica ajustada às especificações exigidas, a licitante não será habilitada.

**9.14.** No caso de desclassificação da licitante, será convocada a próxima licitante classificada para realização da PoC, e assim sucessivamente, até que uma licitante cumpra os requisitos e funcionalidades especificadas e seja declarada vencedora.

## **10. OBRIGAÇÕES**

### **10.1. São obrigações da CONTRATADA:**

- a. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- b. Executar fielmente as obrigações contratuais, munindo-se de todos os insumos necessários para execução do objeto;
- c. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e cumprindo todas as condições exigidas para habilitação;
- d. Tomar todas as providências necessárias para a execução do objeto desta contratação, dentro dos parâmetros estabelecidos neste instrumento e na proposta apresentada pela instituição prestadora do serviço, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;
- e. Executar os serviços contratados tempestivamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos;
- f. Manter, durante o período de prestação dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- g. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- h. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- i. Realizar os serviços em rígida observância ao Termo de referência;
- j. Conhecer minuciosamente o Termo de Referência em todas as suas partes.

### **10.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:**

- a. A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- b. Subcontratação do objeto; e
- c. Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

### **10.3. Durante a execução do objeto, o CONTRATANTE deverá proceder conforme os casos abaixo:**

- a. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- b. Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências estabelecidas neste instrumento;
- c. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas na execução do objeto;
- d. Nomear um ou mais servidores para fazer a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços. Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA em relação ao acordado; e
- e. Rejeitar formalmente e por escrito, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com a especificação constante deste instrumento. Para que esta rejeição seja considerada válida, bastará a comprovação de envio de notificação escrita ao preposto da CONTRATADA.

### **10.4. Comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA:**

1. Após o recebimento da Nota de Empenho, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo de 03 (três) dias úteis, solicitação de credenciamento de usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, instituído pela Resolução TJRR nº 029/2016 e regulamentado Portaria TJRR nº 1650/2016. A solicitação de credenciamento deverá ser realizada pelo sítio [www.tjrr.jus.br](http://www.tjrr.jus.br).
2. A não solicitação de credenciamento dentro do prazo estabelecido poderá ocasionar na aplicação das Sanções Administrativas previstas no instrumento contratual.
3. A CONTRATADA deverá manter atualizado o seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.
4. O endereço de e-mail do representante legal da CONTRATADA para fins de recebimento de notificação e demais comunicações inerentes à execução do objeto deverá ser informado na proposta, devendo ser o mesmo a ser cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como previsto no subitem 7.4.3.
5. Durante a execução do objeto, qualquer comunicação, tais como cartas, ofícios, notificações, entre outros, será realizada prioritariamente via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sendo que a CONTRATADA disporá do prazo de até 05 (cinco) dias corridos para leitura e assinatura da notificação, a partir da liberação do link de assinatura eletrônica.
6. Exaurido o prazo previsto no subitem anterior, a CONTRATADA considerar-se-á devidamente notificada, iniciando, assim, eventuais prazos dos atos subsequentes, como, por exemplo, no caso de intimações para apresentar defesa prévia.
7. A adoção de comunicações digitais é o resultado da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Assim, os processos administrativos que tramitam sob a tutela deste sistema computacional dispensam a utilização do meio físico papel.
8. A CONTRATADA deverá manter Preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de execução do objeto, para representá-lo administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como número telefônico para contato e endereço de e-mail.
9. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas as faturas e outras questões referentes ao objeto.

## **11. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

### **Rotinas de Fiscalização Contratual**

**11.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**11.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**11.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**11.4.** O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**11.5.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**11.6.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

**11.7.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

**11.8.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**11.9.** O Tribunal de Justiça de Roraima poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**11.10.** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

**11.11.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

#### **Dos Critérios de Aferição e Medição para Faturamento**

**11.12.** Ao final de cada mês, a CONTRATADA encaminhará à equipe técnica do TJRR um relatório contendo as informações necessárias para aferição da qualidade dos serviços prestados, tal relatório deverá abranger pelo menos as seguintes informações:

- a. Número/código do chamado/solicitação;
- b. Data e hora de abertura da solicitação;
- c. Nome do solicitante;
- d. Data e hora da solução/encerramento da solicitação;
- e. Quantidade de tempo gasto para a solução;
- f. Nível de severidade da solicitação; e
- g. Descrição das atividades executadas.

**11.13.** Na fiscalização da qualidade do serviço prestado, o Fiscal deverá, a cada incidente, verificar todas as ocorrências registradas no período e, caso necessário, aplicar os descontos do faturamento conforme os indicadores a seguir:

<b>Indicador 01 - Índice de Chamados atendidos dentro do Prazo</b>	
<b>Finalidade</b>	Assegurar que os chamados de suporte técnico estejam dentro do prazo, do início ao fim do atendimento.
<b>Meta a cumprir</b>	ICP >= 95% (assegurar que os chamados sejam atendidos dentro do prazo, do início ao fim do atendimento).
<b>Instrumento de Medição</b>	Relatórios encaminhados mensalmente pela CONTRATADA.
<b>Forma de Acompanhamento</b>	O acompanhamento será realizado pelo fiscal técnico através do cálculo do prazo de cada solicitação de suporte técnico em relação ao nível de serviço.
<b>Periodicidade</b>	Mensalmente.
<b>Mecanismo de Cálculo</b>	<b>ICP = (QAP / QTA) x 100</b> Onde: ICP - Indicador de Chamados atendidos dentro do Prazo; QAP - Quantidade de chamados atendidos dentro do prazo; QTA - Quantidade total de chamados atendidos.
<b>Faixa de ajuste no pagamento</b>	ICP >= 95%: Pagamento integral do faturamento do mês; <b>Faixa 1</b> - ICP >= 90% e < 95%: Glosa de 5% sobre o valor do faturamento do mês; <b>Faixa 2</b> - ICP >= 85% e < 90%: Glosa de 10% sobre o valor do faturamento do mês; <b>Faixa 3</b> - ICP >= 80% e < 85%: Glosa de 15% sobre o valor do faturamento do mês; <b>Faixa 4</b> - ICP >= 75% e < 80%: Glosa de 20% sobre o valor do faturamento do mês; <b>Faixa 5</b> - ICP < 75%: Glosa de 25% sobre o valor do faturamento do mês.

**11.14.** Após a apuração dos descontos dos indicadores do item **11.13.**, o Fiscal comunicará à CONTRATADA e entregará o relatório com as ocorrências registradas.

**11.15.** A CONTRATADA disporá do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do relatório, para apresentar contestação sobre as ocorrências, apresentando as devidas justificativas, com documentos e relatórios em contrário, detalhando:

- a. A data da ocorrência;
- b. Período de indisponibilidade de cada ocorrência;
- c. Somatório total, em minutos, da ocorrência; e
- d. Justificativa embasada para cada período de indisponibilidade em desacordo com o relatório da Subsecretaria de Infraestrutura de TIC.

**11.16.** Transcorrido o prazo para manifestação da CONTRATADA sem que esta tenha apresentado contestação ao relatório, presumir-se-á que tenha aceitado a ocorrência registrada.

**11.17.** Caso a CONTRATADA apresente contestação ao relatório de ocorrências, o fiscal terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisar, apreciar e definir os índices definitivos para o período correspondente.

**11.18.** As justificativas da CONTRATADA somente serão aceitas caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência.

#### **Do Recebimento**

**11.19.** O objeto será recebido provisoriamente, a contar da comunicação pela CONTRATADA de adimplemento da obrigação contratual.

**11.20.** O objeto será recebido definitivamente no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data da emissão do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, momento em que a contratada poderá emitir a fatura, acompanhada da certidão SICAF, ou das certidões que substitua o SICAF.

**11.21.** O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA.



**11.22.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

I = Índice de atualização financeira

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

EM = Encargos Moratórios devidos

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da Prestação em atraso

**11.23.** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da Secretaria-Geral desta Corte, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

## 12. PENALIDADES

**12.1.** As infrações e sanções administrativas previstas nos artigos 155 e 156, da Lei 14.133/2021 serão aplicadas, garantida a ampla defesa e o contraditório, conforme a [INSTRUÇÃO NORMATIVA TJRR/SG N. 007/2023](#), publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 26 de setembro de 2023.

**12.2.** A contratada que descumprir, total ou parcialmente, regra estabelecida no contrato celebrado com o TJRR ficarão sujeitas às seguintes sanções:

- Multa;
- Advertência;
- Impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

**12.2.1.** As sanções a que se referem as alíneas "b", "c", e "d" do **subitem 12.2.** poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

**12.2.2.** A sanção de impedimento de licitar e contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a de declaração de inidoneidade.

**12.2.3.** A aplicação das sanções previstas no **subitem 12.2.** não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

**12.3.** A sanção de multa moratória será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, para 1 (um) dia de atraso;
- 0,3% (três décimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 2 (dois) dias até o limite de 30 (trinta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;
- 10% (dez por cento), com acréscimo de 0,13% (treze centésimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 30 (trinta) dias até o limite de 60 (sessenta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato.

**12.3.1.** Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela contratada de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega ou a prestação do serviço.

**12.3.2.** Após o 60º (sexagésimo) dia de atraso, a fiscalização do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

**12.3.3.** A sanção de multa compensatória será imposta à contratada que executar parcialmente o objeto contratado ou não o executar, situação em que restará configurada, respectivamente, a inexecução parcial e a inexecução total do contrato, podendo, nesses casos, o TJRR rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto nos arts. 137 e seguintes da Lei 14.133/2021.

**12.3.3.1.** A inexecução parcial do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela não cumprida.

**12.3.3.2.** A inexecução total do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato.

**12.4.** As sanções será aplicada definitivamente serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e nos sistemas internos do CONTRATANTE.

**12.5.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa, sem prejuízo da inscrição em base de dados de serviços de proteção ao crédito bem como o protesto dívida em cartório.

## 13. DISPOSIÇÕES FINAIS

**13.1.** A Secretaria-Geral decidirá os casos omissos.

### ANEXO I - CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO DE SUPORTE E ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS GERENCIADORES DE BANCOS DE DADOS,

#### SISTEMAS OPERACIONAIS E SERVIDORES DE APLICAÇÃO E MONITORAMENTO DE INSTÂNCIA DE PRODUÇÃO MYSQL (24X7) E POSTGRESQL (24X7).

##### 1. CARACTERÍSTICAS DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

- A CONTRATADA deverá atender aos indicadores do Instrumento de Medição de Resultados estabelecidos, conforme tabela de severidade dos problemas X tempo de atendimento/solução de contorno a seguir. O não atingimento dos limites estabelecidos no período de estabilização ensejará a aplicação das penalidades previstas.
- A CONTRATADA atenderá os chamados de suporte técnico da CONTRATANTE, respeitando as condições e os níveis de severidade exigidos, que serão contados a partir do recebimento das solicitações, inclusive as proativas, conforme disposição inseridas na tabela de severidade abaixo.
- Os chamados serão classificados pela CONTRATANTE, conforme os seguintes níveis de severidade: CRÍTICA, ALTA, MÉDIA e BAIXA, de acordo com a especificação abaixo:

Prioridade	Severidade	Descrição	Fator de prioridade	Tempo de Atendimento
------------	------------	-----------	---------------------	----------------------

				TMIA	TMSO	TMSD
				24x7	24x7	24x7
1	Crítica	Problema causa perda ou paralisação total de sistemas em produção. O trabalho não pode ter sequência razoável, a operação passa a ser crítica para o negócio e a situação constitui uma emergência.	2,00	15min	4h	24h
2	Alta	O problema interrompe operações, mas o sistema continua respondendo, ainda que de modo restrito.	1,75	30min	8h	48h
3	Média	Problema não causa nenhuma perda de funcionalidade. Constitui erro irrelevante, comportamento incorreto ou erro de documentação, que de nenhuma maneira impede a operação do sistema.	1,50	2h	24h	60h
4	Baixa	Esclarecimento de dúvidas ou consultas técnicas.	1,00	8h	48h	72h

Tabela de severidade dos problemas X tempo de atendimento/solução de contorno

Onde:

- a) TMIA – Tempo máximo para início de atendimento: Tempo máximo requerido para o início do atendimento ao produto;  
b) TMSO – Tempo máximo para solução operacional: Tempo máximo requerido para contornar o problema e deixar o sistema/serviço disponível (MTTR – Maximum Time to Repair/Restore - tempo máximo de recuperação); e  
c) TMSD – Tempo máximo para solução definitiva do chamado.

- As solicitações classificadas com severidade MÉDIA ou BAIXA, quando não solucionadas nos prazos definidos, poderão ser automaticamente escaladas para a severidade ALTA ou CRÍTICA, sendo que os prazos de atendimento e resolução do problema, bem como as penalidades previstas deverão ser automaticamente ajustados para o novo nível.
- Por necessidade excepcional, a CONTRATANTE poderá solicitar, ainda, a escalção de chamado para níveis superiores de severidade. Nesse caso, a escalção deverá ser justificada e os prazos dos chamados serão reiniciados.

## 2. CARACTERÍSTICAS PARA O SERVIÇO DE SUPORTE E ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS GERENCIADORES DE BANCOS DE DADOS, SISTEMAS OPERACIONAIS E SERVIDORES DE APLICAÇÃO (ITEM 01):

- A CONTRATADA deverá considerar a janela de cobertura de 24 horas por dia, 7 dias por semana (24x7);
- A CONTRATADA deverá considerar que a modalidade de atendimento poderá ser de forma remota ou on-site, levando sempre ao conhecimento do CONTRATANTE;
- A unidade de referência para os serviços técnicos adotada é a UST (Unidade de Serviço Técnico);
- Os chamados poderão ser registrados através do software de registro de chamados na WEB disponibilizado pela CONTRATADA, e-mail, ou telefone disponibilizado pela CONTRATADA;**
- Todos os profissionais da CONTRATADA que atuarão deverão ter a qualificação e experiência profissional comprovada, sendo estas:
  - GERENTE DE SUSTENTAÇÃO (RESPONSÁVEIS TÉCNICOS) - experiência mínima de 2 (dois) anos de atuação como gerente de equipe de suporte à infraestrutura de TI.
  - EQUIPE TÉCNICA - profissionais alocados para prestação dos serviços técnicos devem possuir nível superior, cursando ou completo, na área de Tecnologia da Informação, ou nível superior completo em qualquer área, com especialização em Tecnologia da Informação, completa e experiência mínima de 2 (dois) anos na(s) área(s) em que for atuar.
  - EQUIPE DE MONITORAMENTO - profissionais alocados para prestação dos serviços de monitoramento devem possuir nível superior, cursando ou completo, na área de Tecnologia da Informação, ou nível superior completo em qualquer área, com especialização em Tecnologia da Informação, completa.
  - Todos os serviços deverão ser realizados por um profissional treinado e/ou certificado pelo fabricante do hardware e/ou software com no mínimo as seguintes certificações:
    - OCP 11g - Oracle Database 11g Administrator Certified Professional;
    - OCP 12c - Oracle Database 12c Administrator Certified Professional;
    - OCS - Oracle Linux 6 Certified Implementation Specialist;
    - PostgreSQL 9.6 Associate Certification;
    - MySQL 8.0 Database Administrator.
- Os serviços que, por força técnica, necessitem ser atendidos na modalidade on-site, poderão ser executados em uma das instalações da CONTRATANTE, sem custos adicionais ao CONTRATANTE;
- Durante a vigência do contrato, o processo de abertura de chamados poderá sofrer alterações, isto pelo fruto de ações de melhorias contínuas implantadas pela CONTRATADA;
- Durante a vigência do contrato, o catálogo de serviços, ANEXO II, poderá sofrer alterações, cujas atividades e quantitativos de USTs para a realização dos serviços adicionais serão objeto de negociação entre as partes;
- Os chamados serão classificados com prioridade 4 (quatro), ou seja, severidade baixa definida no item CARACTERÍSTICAS DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO.

## 3. CARACTERÍSTICAS PARA OS SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE INSTÂNCIA DE PRODUÇÃO MYSQL (24X7) E POSTGRESQL (24X7) (ITENS 2 E 3):

- Durante os primeiros 90 dias de monitoramento, os SLAs serão medidos. Durante este período, a CONTRATADA fará todos os esforços para garantir o cumprimento total dos SLAs estabelecidos e apresentará as dificuldades e recursos necessários para o bom andamento do monitoramento;
- Se for necessário adquirir recursos para o bom andamento do monitoramento ou resolução de incidente identificado pela CONTRATADA, deverão ser adquiridos sem custos adicionais ao CONTRATANTE.

3. O serviço de monitoramento remoto consistirá, no mínimo, no acompanhamento continuado do funcionamento dos bancos de dados, com a verificação e análise dos indicadores e dos valores dos parâmetros da instância, bem como em execuções de ações emergenciais que impeçam ou tencionam o funcionamento dos bancos de dados monitorados. Quaisquer atividades executada dentro deste escopo já estão inclusas e para estabilidade do ambiente as horas são ilimitadas;
4. **A verificação deverá ocorrer em intervalos máximos de 1 (um) minuto. Quando o serviço de monitoramento remoto alertar ao administrador do banco de dados da CONTRATADA sobre a existência de uma situação de risco potencial à disponibilidade e/ou desempenho do SGBD, o administrador deverá atuar para a solução e informar o(a) técnico(s) e fiscal técnico da CONTRATANTE. Todas as ações que visem a estabilidade do ambiente já estão inclusas no serviço de monitoramento;**
5. Estão inclusos no serviço de Monitoramento de instância de produção MySQL (24x7) e serviço de Monitoramento de instância de produção PostgreSQL (24x7):
  1. **Monitorar, no mínimo uma vez a cada minuto, a quantidade de sessões ativas em cada uma das bases de dados monitoradas, para detectar eventuais desvios do consumo de recursos computacionais;**
  2. **Monitorar, no mínimo uma vez a cada minuto, a existência de bloqueios que estejam causando retenções no desempenho dos servidores de banco de dados, apresentando a origem, o usuário, o SQL que está causando os bloqueios;**
  3. **Monitorar, no mínimo uma vez a cada minuto, a quantidade de espaço em disco disponível para o banco de dados, alertando sempre que o valor crítico (configurável de acordo com cada banco monitorado) de espaço disponível for atingido;**
  4. **Monitorar, em intervalos parametrizáveis, a taxa de crescimento de tabelas críticas, indicadas pela CONTRATANTE ou identificadas pela CONTRATADA, alertando sempre que esta taxa estiver muito distante de sua curva de normalidade;**
  5. **Monitorar com o objetivo de fazer os ajustes necessários e indicar soluções para manter o desempenho e disponibilidade das Plataformas de SGBD adequadas às necessidades da CONTRATANTE, bem como promover um diagnóstico completo dos SGBDs monitorados, com informações gerenciais e indicadores de desempenho essenciais à tomada de decisões de forma proativa;**
  6. Intervir no funcionamento dos servidores de banco de dados sempre que forem identificadas situações potencialmente arriscadas ao desempenho e à disponibilidade das plataformas de bancos de dados, assim como situações que se distanciam da curva de normalidade histórica do funcionamento do banco de dados;
  7. Colaborar ativamente nas discussões técnicas para a resolução de eventuais problemas de infraestrutura de servidores, redes, segurança, aplicações ou outros serviços de tecnologia que estejam impactando no perfeito funcionamento das plataformas de banco de dados, em conjunto com a equipe técnica da CONTRATANTE ou outros fornecedores indicados pelo banco.
6. A CONTRATADA deverá possuir e apresentar sistema de monitoramento remoto capaz de cumprir a missão de monitoramento de bancos de dados exigida neste anexo sem a necessidade de instalação de quaisquer agentes de software ou de hardware no ambiente de informática da CONTRATANTE com as seguintes características:
  1. O sistema de monitoramento deve ter uma interface amigável que apresente informações relevantes de forma clara e concisa;
  2. **O sistema de monitoramento deve coletar os itens e eventos do SGBD monitorado;**
  3. **O sistema de monitoramento, em caso de incidente, deve ser capaz de apresentar o código de erro do incidente do SGBD monitorado;**
  4. **O sistema de monitoramento deve ser capaz de notificar a CONTRATANTE em tempo real via e-mail, SMS, WhatsApp, Telegram ou outros canais os incidentes que causem lentidão e indisponibilidades. As notificações podem ser modificadas durante a vigência do contrato;**
  5. **Os dados devem ser coletados em máximo a cada 1 (um) minuto;**
  6. O sistema de monitoramento deve ter base de conhecimento das métricas dos itens coletados e dos erros com suas soluções;
  7. **Deve ser um sistema proativo, ou seja, capaz de antecipar problemas potenciais antes que afetem os usuários dos SGBDs e ser capaz de atuar para que não ocorram incidentes. As ações que o sistema de monitoramento vierem a fazer serão combinadas durante a vigência do contrato;**
  8. Deve ter a capacidade de integrar novos componentes de infraestrutura sem interrupções no monitoramento existente;
  9. **Deve ter auditoria de acesso e controle de permissões para garantir que apenas usuários autorizados tenham acesso aos dados de monitoramento;**
  10. **O sistema de monitorização deve oferecer uma interface/tela para análise de ocorrências, por alarme, com informações textuais e gráficas, para períodos de 7, 15 ou 30 dias, com possibilidade de agrupamento dos dados por dia ou por hora.**
  11. **Um aplicativo para dispositivos móveis, disponível nas plataformas iOS e ANDROID, deve ser disponibilizado, que possa mostrar, em qualquer momento, a situação atual do ambiente monitorado, bem como o progresso na resolução dos problemas identificados.**
  12. **O sistema de monitorização deve fornecer uma interface WEB baseada na visão dos sistemas que são utilizados pela CONTRATANTE, relacionados aos bancos de dados monitorados. Esta configuração será executada pela CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após a vigência do contrato.**
  13. A critério da CONTRATANTE, o sistema de monitorização utilizado pela CONTRATADA poderá ter integração com a solução de monitorização de ativos de TI da CONTRATANTE.
  14. **Os INCIDENTES registrados pelo sistema terão um acompanhamento inteligente em relação ao SLA, com escalonamento automático de responsabilidade, de acordo com o modelo de visualização de sistemas definidos no item 3.6.12.**
  15. **O sistema de monitorização deve permitir o alarme baseado em regras de negócio, tais regras possam ser criadas nos bancos de dados monitorados e após uma avaliação técnica da CONTRATADA.**
  16. O sistema de monitorização deve permitir a simulação de diversos tipos de falha, para que o CONTRATANTE tenha condições de avaliar diferentes cenários de problemas e com isso possa tomar melhores decisões em relação ao investimento de recursos de TI.
  17. **O sistema de monitorização deve permitir o registro histórico de todas as mudanças de estado de todos os sensores reais ou lógicos, e esses dados serão utilizados para rastreabilidade de problemas facilitando a Gestão de Mudanças;**
  18. **O sistema de monitorização deve permitir uma avaliação global e visual, de todas as falhas ocorridas que resultaram em algum impacto significativo nos sistemas, através de uma análise gráfica que possa retroagir ao momento em que a falha ocorreu, de forma a se analisar a falha e suas interdependências;**
  19. **O sistema de monitorização deve ter uma interface que permita o acesso facilitado a todos os itens monitorados, de forma que cada item tenha um painel sumarizado com informações gráficas e textuais relevantes;**
  20. **O sistema deve classificar suas ocorrências em pelo menos dois tipos: sensor de evento, permite que o problema possa ser registrado como resolvido por parte do operador, e sensor de estado, que são plenamente automatizados e só podem ser considerados resolvidos através de leituras do sistema;**
  21. **O sistema de monitorização deve permitir propagação de alerta de forma customizada, onde o responsável operacional, gestor e usuário recebem as informações pertinentes às suas áreas.**
7. O sistema de monitorização deve classificar suas mensagens e/ou alertas nos seguintes grupos:

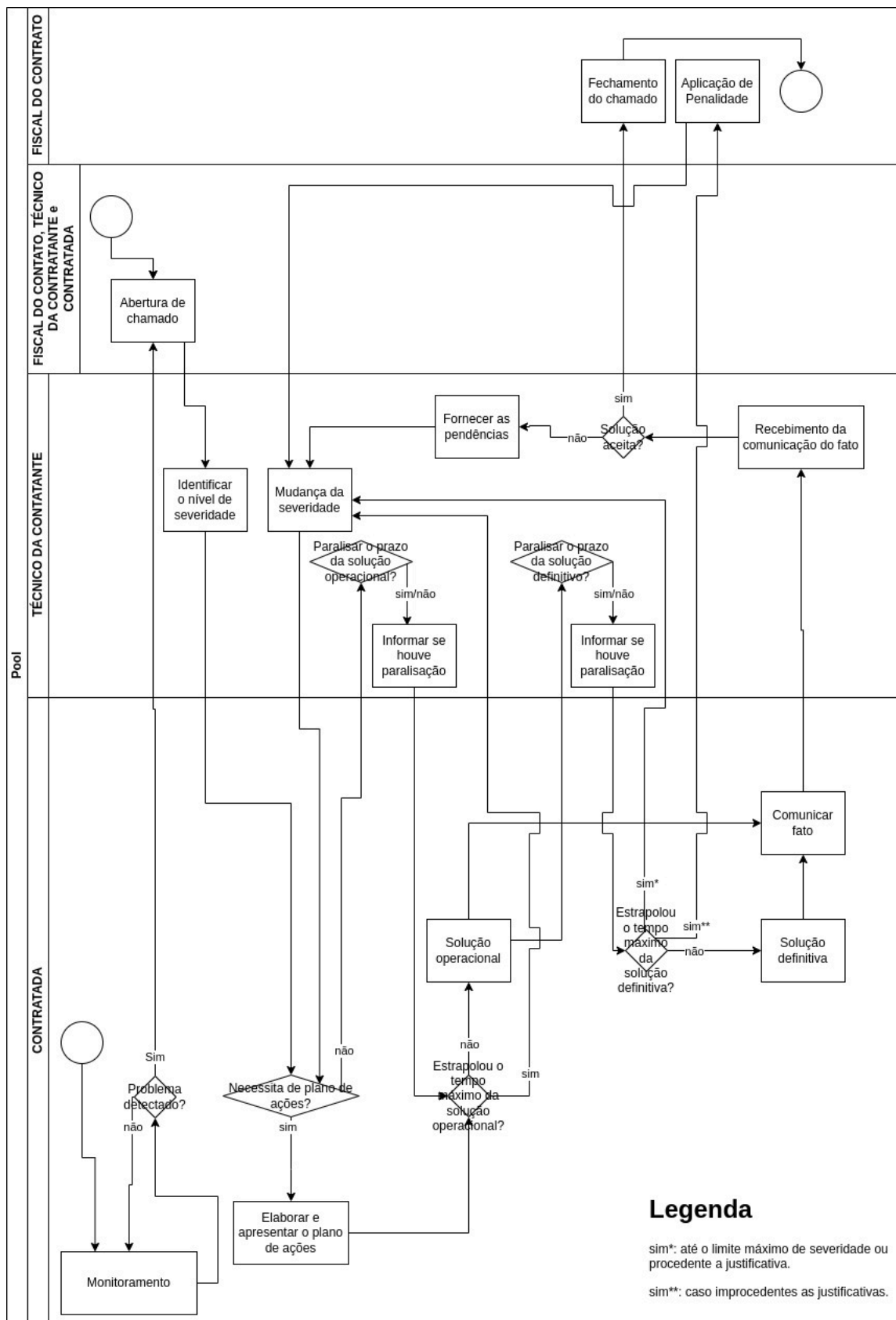
1. **Disponibilidade dos Bancos de Dados;**
2. **Processos Operacionais;**
3. **Controle de Acesso;**
4. **Utilização de I/O;**
5. **Controle de Backup;**
6. **Incidentes de Segurança;**

8. O sistema de monitorização também deve classificar as mensagens nas seguintes classificações de severidade CRÍTICA, ALTA, MÉDIA e BAIXA conforme Tabela de severidade dos problemas X tempo de atendimento/solução de contorno.

#### **4. PROCEDIMENTOS PARA INCIDENTES**

##### **1. Identificação e Registro de Incidentes:**

1. A CONTRATADA registra os incidentes identificados no sistema de monitoramento de forma automática ou a CONTRATANTE registra os incidentes identificados através dos diversos meios disponibilizados, tais como: telefone, e-mail, internet ou registro manual de alarmes de eventos procedentes de ferramentas de monitoração;
2. Todos os incidentes que ocorrem na infraestrutura e nos serviços de TI devem obrigatoriamente ser registrados;
3. As informações relevantes para o tratamento do chamado devem ser registradas, mantendo-as sempre atualizadas a cada alteração, para que a resolução do incidente e o tratamento da requisição de serviço possam ocorrer de maneira adequada;
4. Caso haja a necessidade de utilizar resoluções de contorno para o restabelecimento da Solução, a Contratada deverá fornecer à CONTRATANTE, durante o prazo de resolução, o seu plano de ações;
5. Caso a Equipe Técnica do Tribunal decida paralisar o tempo de contagem dos prazos dos chamados, por conta própria, será informado ao Fiscal do Contrato bem como à empresa CONTRATADA;
6. As solicitações classificadas com severidade inferior, quando não solucionadas nos prazos definidos no item CARACTERÍSTICAS DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO, deverão ser automaticamente escaladas para a severidade imediatamente superior, sendo que os prazos de atendimento e resolução do problema, bem como as penalidades previstas deverão ser automaticamente ajustados para o novo nível. Nesse caso, os prazos dos chamados não serão reiniciados e a CONTRATADA sofrerá as penalidades cabíveis.
7. Por necessidade excepcional, a CONTRATADA poderá solicitar, ainda, a escalação de chamado para níveis superiores de severidade. Nesse caso, a escalação deverá ser justificada e os prazos dos chamados serão reiniciados.
8. Após a resolução de uma severidade, a CONTRATADA deverá comunicar o fato à Equipe Técnica apresentada pelo Tribunal na reunião de alinhamento, ou, ainda, ao Gestor ou Fiscal Técnico do Contrato, solicitando autorização para o seu fechamento.
9. Os chamados abertos somente poderão ser encerrados pelo Fiscal do Contrato após a autorização da Equipe Técnica ou, ainda, pelo Gestor.
10. Caso a CONTRATANTE não confirme a resolução definitiva do problema, o chamado deverá permanecer aberto até que seja efetivamente solucionado. Nesse caso, a Equipe Técnica ou, ainda, pelo Gestor ou Fiscal do Contrato deverá fornecer as pendências relativas à solicitação ainda em aberto.
11. Caso não haja manifestação da CONTRATADA dentro dos prazos estabelecidos nas severidades apresentadas, ou caso a CONTRATANTE entenda serem improcedentes as justificativas apresentadas para os chamados abertos, poderá ser iniciado processo de aplicação de penalidades previstas, conforme nível de serviço estabelecido no item CARACTERÍSTICAS DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO.
12. Caso haja divergência na classificação de severidade conferida pela CONTRATANTE a determinado problema, tal classificação poderá ser revista e adequada pelas partes, de acordo com os critérios estabelecidos na planilha de severidade constante nesse estudo.
13. Caso a divergência não seja sanada pelas partes, valerá a classificação do grau de severidade atribuído pela CONTRATANTE.
14. Em hipótese alguma a CONTRATADA poderá alterar uma severidade atribuída pela CONTRATANTE, sem antes manifestação expressa da Equipe Técnica ou, ainda, do Gestor ou Fiscal Técnico do Contrato.
15. Segue abaixo, o fluxograma referente às providências descritas nos subitens anteriores:



## 2. Categorização

- Esta atividade compreende tanto a categorização de eventos que serão registrados como incidente, tanto quanto aqueles que serão encaminhados para o processo de requisição de serviços;
- Categorizar um incidente significa atribuir a ele uma classificação dentro do escopo de atividades do serviço, além de permitir o dimensionamento da quantidade de USTs para mensuração do atendimento daquele incidente;
- Para incidentes o cálculo da OS deve considerar também a priorização dos mesmos segundo a tabela de severidade do item **CARACTERÍSTICAS DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO**;
- Considerando a priorização definida no item anterior, o cálculo da OS para incidentes será feito como a seguir:  $\text{Valor da OS} = \text{Valor da UST} \times \text{Fator de Prioridade} \times \text{Quantidade de USTs do Incidente}$ .
- Pesquisa e diagnóstico:
  - Após registrar, categorizar e priorizar o incidente, o atendente do chamado proverá o suporte inicial utilizando-se de scripts de atendimento e da base de erros conhecidos existente. Se, na pesquisa da Base de Conhecimento, o incidente for encontrado, deve-se verificar se existe uma solução de contorno e se a Central de Serviços pode aplicá-la;

2. Caso a solução não seja possível de aplicar dentro do escopo de serviços do atendimento, o chamado será direcionado para grupo solucionador de especialistas, de acordo com as regras definidas e cadastradas no Sistema da Central de Serviços.

6. Encerramento do Chamado:

1. Após a aplicação da solução de restauração diretamente pela Central de Serviços ou após o retorno de chamados, o atendente deverá registrar de forma concisa e de fácil interpretação as ações tomadas para resolver o incidente;
2. Além disso, a resolução e as ações tomadas devem ser informadas e confirmadas com o usuário da CONTRATADA, que poderá ser solicitado a responder uma pesquisa de satisfação;
3. O contato com o usuário da CONTRATADA para encerramento do chamado será preferencialmente por telefone, podendo ser enviado e-mail, como método alternativo, caso não seja possível o contato;
4. Mesmo que não exista resposta do usuário da CONTRATADA, seja ela por e-mail, telefone ou software de controle de chamados, o incidente registrado não será encerrado;
5. Os chamados somente serão encerrados pela equipe técnica da CONTRATADA.

**5. DOS RELATÓRIOS:**

1. Durante a etapa de ativação do serviço, a CONTRATANTE e a CONTRATADA definirão os tipos de relatórios que deverão ser gerados e enviados mensalmente e/ou quinzenalmente;
2. Durante a vigência do contrato, os tipos de relatórios que deverão ser gerados e enviados mensalmente e/ou quinzenalmente poderá sofrer alterações, isto pelo fruto de ações de melhorias contínuas implantadas pela CONTRATADA;
3. A CONTRATADA deverá emitir e entregar até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao período analisado os relatórios gerenciais padronizados acordados com a CONTRATANTE;
4. A data da entrega dos relatórios gerenciais poderá ser alterada pela CONTRATADA;
5. Esses relatórios deverão conter estatísticas apresentando os volumes e as concentrações percentuais do total de chamados, com sumarização pelas seguintes dimensões:
  1. Tipo de chamado;
  2. Categoria;
  3. Problema;
  4. Servidor/Instância afetado;
  5. Nível de serviço em que foi solucionado;
  6. Grupo solucionador;
  7. Prioridade;
  8. Horário, semana e dia;
  9. Origem da abertura (site, telefone, fax, etc);
  10. Solução executada.

**6. PAINEL DE GESTÃO DO CONTRATO:**

1. Em até 90 (noventa) dias após início da vigência do contrato, a CONTRATADA deverá oferecer ao CONTRATANTE um painel de monitoramento para gestão do contrato, devendo apresentar as seguintes características:
  1. Deve ser desenvolvido em tecnologia web para permitir ao CONTRATANTE o mínimo necessário para usar e acessar o sistema;
  2. Deve ser disponibilizado “em nuvem” e manter-se ativo 24 horas por dia 7 dias por semana com dados atualizados on-line com atraso máximo de 2 (dois) minutos;
  3. Deve permitir:
    1. A manutenção de usuários para utilização das funcionalidades do painel e;
    2. Acompanhamento de chamados.
  4. O sistema deve permitir abertura de chamados automáticos originado da monitoria continuada para acompanhamento de sua execução, bem como chamados disparados tanto pela CONTRATANTE como pela CONTRATADA suportando a funcionalidade de atender aos serviços listados no catálogo de serviços e outras atividades avulsas que possam surgir serviços que sejam inerentes ao contrato;
  5. O sistema deve permitir a administração de chamados por criticidade tanto do serviço como da instância monitorada;
  6. O sistema deve permitir a administração de fila de atendimento e de cada atividade apontada por profissional para o atendimento de cada chamado em questão;
  7. O sistema deve permitir a visualização e relatório individual e consolidado das solicitações e serviços executados para apuração mensal e/ou quinzenal do CONTRATANTE;
  8. A visualização de todo o histórico de relatórios mensais e/ou quinzenais gerados pelo sistema de monitoria para toda instância monitorada e atendida pelo contrato.
2. Os relatórios serão por instância e deverão conter, no mínimo (alguns indicadores são específicos por banco):
  1. Sessões ativas;
  2. Sessões totais;
  3. Bloqueios (locks);
  4. Volume de transações por instância;
  5. Volume de transações por banco de dados;
  6. Taxa de crescimento por banco de dados;
  7. Taxa de crescimento por arquivo;
  8. Parâmetros da instância de banco de dados;
  9. Parâmetros dos bancos de dados;
  10. Principais eventos de espera (wait);
  11. Operações SQL mais custosas;
  12. Espaço livre nas partições do sistema operacional;
  13. Monitoria de tarefas agendadas (no banco de dados);

14. Monitoria de logs de backup;
  15. Registro de objetos inválidos;
  16. Uso de memória RAM pelo banco de dados;
  17. Taxa de acerto no buffer;
  18. Consumo de I/O por tablespace;
  19. Tempo de execução do backup;
  20. Taxa de crescimento do backup.
3. O acesso ao painel de monitoria simplificado contendo informações on-line da situação de cada instância monitorada e atendida pelo contrato deve conter no mínimo:
    1. Crescimento da base de dados;
    2. Sessões Ativas;
    3. Sessões Totais;
    4. Acompanhamento de Bloqueios;
    5. Últimos alertas;
    6. Status de execução dos jobs;
    7. Operações SQL mais custosas (por período).
  4. O acesso ao painel de controle contendo dados estatísticos reais sobre o nível de serviço por instância monitorada e atendida pelo contrato deve oferecer informações precisas ao CONTRATANTE para validação dos níveis de serviço do contrato e também por instância monitorada e atendida pelo contrato, contendo:
    1. Tempo para o atendimento;
    2. Tempo de atendimento e resolução;
    3. Informações sobre indisponibilidade dos serviços contratados;
    4. SLA por instância e do contrato, com seus devidos cálculos.
  5. Os dados acima devem ser disponibilizados com o desempenho comparado com as metas dos níveis de serviços contratados.

#### **7. CENTRAL DE MONITORAMENTO (ITENS 2 E 3).**

1. A contratada deverá dispor de uma central de monitoramento que deve atender aos mais altos requisitos de alta disponibilidade, eficiência, desempenho e resiliência, suportando toda e qualquer operação de missão crítica do CONTRATANTE sem comprometer o SLA;
2. Poderá ser feita diligência nos ambientes dos fornecedores para detectar se todos os requisitos exigidos serão ofertados;
3. Serão descritos a seguir os requisitos mínimos necessários para os seguintes tópicos:
  1. Equipe:
    1. Núcleo de atendimento a incidentes de bancos de dados multidisciplinar, composto de gerência de atendimento e especialistas com conhecimento e experiência comprovados nas tecnologias a serem monitoradas;
    2. Fluxo de atendimento com controle e escalonamento de chamados com base nas especialidades necessárias para cada ocorrência;
    3. Possibilidade de alocar diversos especialistas da CONTRATADA em trabalho conjunto a fim de dar celeridade ao processo de resolução das ocorrências;
    4. Núcleo de projetos de bancos de dados multidisciplinar, composto de gerência de projetos e especialistas capacitados a criar, validar e executar projetos de bancos de dados e gerir mudanças no ambiente de banco de dados administrado;
    5. Ter equipe 24x7 monitorando o ambiente em tempo real, analisando os indicadores automatizados e reagindo às intercorrências com base no prazo de SLA definido com o CONTRATANTE;
    6. Equipe de atendimento 24x7 com técnicos de múltiplas especialidades sempre disponível em todos os níveis técnicos (inclusive pleno e sênior) sem a necessidade de triagem de atendentes de telemarketing.
  2. Centro de Monitoramento:
    1. É imprescindível a presença de uma Central Física de Monitoramento, particular e sob controle da empresa contratada, conectado de forma ininterrupta ao ambiente do CONTRATANTE, com telas e indicadores de ocorrências visíveis e disponíveis à equipe de especialistas presente;
    2. É imprescindível a apresentação de documentação de fluxo de atendimento e monitoramento dos bancos de dados contratados;
    3. Acompanhamento por parte do CONTRATANTE das atividades executadas através de relatórios frequentes com todas as informações necessárias dos bancos de dados monitorados;
    4. Linha direta com a central de atendimento e atendimento imediato pelos canais de contato;
    5. Sistemas:
      1. Os sistemas de monitoramento devem possibilitar que o CONTRATANTE receba e-mails de alerta em diferentes níveis de criticidade quando ocorrerem intervenções no ambiente.
  3. São características da ferramenta de monitoramento para atender o escopo de trabalho da CONTRATANTE:
    1. Monitoramento de Desempenho de Aplicações
      1. Visibilidade Completa em Tempo Real: A Plataforma deverá fornecer monitoramento contínuo e em tempo real de todas as transações e solicitações de aplicativos, permitindo que os usuários vejam imediatamente qualquer degradação no desempenho.
      2. Mapeamento Dinâmico de Dependências: A Plataforma deverá mapear automaticamente todas as dependências entre serviços e componentes da aplicação, oferecendo uma visão clara de como cada parte do sistema interage e impacta o desempenho geral.
    2. Monitoramento de Infraestrutura
      1. Suporte a Diversas Tecnologias: A Plataforma deverá suportar uma ampla gama de tecnologias e plataformas, incluindo contêineres (Docker, Kubernetes e outros), máquinas virtuais, servidores físicos e serviços de nuvem (AWS, Azure, Google Cloud e outras).
      2. Coleta de Métricas: Coleta e armazena métricas detalhadas de infraestrutura, como uso de CPU, memória, rede e disco, proporcionando uma visão abrangente da saúde e do desempenho dos recursos subjacentes.



3. Detecção e Diagnóstico de Problemas
  1. Alertas Inteligentes: Utiliza inteligência artificial para detectar automaticamente anomalias e problemas de desempenho, gerando alertas precisos e minimizando falsos positivos.
  2. Análise de Causa Raiz: Ferramentas avançadas de diagnóstico ajudam a identificar rapidamente a causa raiz dos problemas, reduzindo o tempo de resolução e evitando recorrências.
4. Visão de Negócio
  1. Monitoramento de Experiência do Usuário: Mede a experiência do usuário final em tempo real, incluindo tempo de resposta e disponibilidade de serviços, garantindo que as aplicações atendam às expectativas dos usuários.
  2. Indicadores de Negócio: Monitorar métricas de negócio personalizadas, permitindo que as equipes de TI alinham o desempenho técnico com os objetivos de negócio e indicadores de sucesso.
5. Painéis e Relatórios Personalizáveis
  1. Dashboards Personalizados: Criação de dashboards personalizados que apresentam as métricas e KPIs mais relevantes para diferentes equipes e funções dentro da organização.
  2. Relatórios Detalhados: Geração de relatórios detalhados sobre o desempenho do sistema, tendências históricas e insights de otimização, ajudando na tomada de decisões informadas.
6. Suporte a Diversas Tecnologias:
  1. Independentemente da origem da aplicação, seja contêineres, máquinas virtuais, servidores físicos ou serviços de nuvem, a CONTRATADA, por meio de sua plataforma de monitoramento, deve fornecer suporte abrangente para resolução de problemas nos bancos de dados monitorados, para qualquer tipo de aplicação que venha a acessá-lo.
7. Segurança e Conformidade
  1. Monitoramento de Segurança: Monitora a integridade e a segurança das aplicações e infraestruturas, detectando vulnerabilidades e comportamentos anômalos.
  2. Conformidade: Ajuda a garantir a conformidade com regulamentos e políticas internas, fornecendo auditorias e relatórios necessários.
8. Suporte e Integrações
  1. A ferramenta deve ser capaz de gerar logs utilizando padrões de mercado amplamente reconhecidos, como Apache Common Log Format (CLF), JSON, e Common Event Format (CEF). A adoção desses formatos padrão assegurarão uma compatibilidade robusta e integração eficiente com uma ampla gama de ferramentas de monitoramento e análise, incluindo, mas não se limitando a, ELK Stack (Elasticsearch, Logstash, Kibana), Graylog, e sistemas de monitoramento em nuvem como AWS CloudWatch, Google Cloud Logging e Azure Monitor.
  2. Suporte 24/7: Oferece suporte técnico contínuo para ajudar a resolver problemas rapidamente e garantir a continuidade das operações.
  3. A Plataforma deverá permitir a implementação de uma solução abrangente de APM que não só monitora, mas também melhora continuamente a performance e a confiabilidade das aplicações, garantindo uma experiência de usuário superior com o alinhamento dos objetivos de negócio.

Obs.: Todas as ações que visem a estabilidade do ambiente já estão inclusas no serviço de monitoramento.

## ANEXO II - CATÁLOGO DE SERVIÇOS (24X7).

### 1. CATÁLOGO DE SERVIÇOS DE BANCO DE DADOS

- TECNOLOGIAS CONTEMPLADAS:
  - 4 instâncias SGDBs PostgreSQL (2 Master, 2 Slave);
  - 4 instâncias SGDBs MySQL (2 Master, 2 Slave);
  - E futuras instâncias SGDBs Oracle. Atualmente não possuímos instâncias Oracle para serem monitoradas, porém, temos previsão de futuras implementações.

Grupos de Serviço	Número	Serviços	UST	Premissa
Arquitetura Física	AF01	Configuração do sistema operacional e software de banco de dados	15	
	AF02	Criação de Instância	7	AF01
	AF03	Preparação e Migração na mesma plataforma/versão	30	AF02
	AF04	Preparação e Migração em plataforma/versões diferentes	60	AF02
	AF05	Migração/recriação para ambiente RAC/CLUSTER	30	AF02
	AF06	Preparar ambiente de Treinamento/Desenvolvimento/Homologação	38	AF01
	AF07	Desativação de instâncias	4	BR04
	AF08	Preparação/Recriação de Standby/Dataguard/Mirror	8	AF02, BR04, BR09
	AF09	Restabelecimento Standby/Dataguard/Mirror	8	
	AF10	Diagnóstico do Ambiente Físico	12	

	AF11	Manutenção na estrutura física do ambiente de banco de dados	8	
	AF12	Restabelecimento da instância por problemas físicos	4	
	AF13	Aplicação de patches de atualização/segurança	8	BR04
	AF14	Criação de scripts para manutenção física	4	

Grupos de Serviço	Número	Serviços	UST	Premissa
Arquitetura Lógica	AL01	Execução de Consulta	4	
	AL02	Resolver inconsistência de dados	12	
	AL03	Criação de script para manutenção lógica	15	
	AL04	Manutenção em objeto do banco	4	BR06
	AL05	Manutenção em objeto particionado no banco	12	BR06
	AL06	Manutenção em objeto replicável no banco	8	BR06
	AL07	Manutenção de Schema/banco de dados	15	BR06
	AL08	Diagnóstico do Ambiente Lógico	12	

Grupos de Serviço	Número	Serviços	UST	Premissa
Segurança	SG01	Manutenção de usuário/login	4	SG03
	SG02	Manutenção de acesso ao banco de dados	4	SG03
	SG03	Regulamentar, estabelecer e disciplinar as regras para manipulação de informações e bom uso dos recursos do banco de dados	15	
	SG04	Criar mecanismo de controle e monitoramento para a utilização dos recursos do banco de dados	15	SG03, SG06
	SG05	Manutenção e atividade de auditoria	15	
	SG06	Diagnóstico do Ambiente de Segurança e Acesso	8	SG05

Grupos de Serviço	Número	Serviços	UST	Premissa
Backup e Recuperação	BR01	Criar uma política eficiente de backup	8	
	BR02	Restauração completa para validar backups	8	BR04, AF06
	BR03	Implementar rotinas de backup	8	BR01
	BR04	Gerar backup completo sob demanda	4	
	BR05	Gerar backup físico parcial sob demanda	4	
	BR06	Gerar backup lógico parcial sob demanda	4	
	BR07	Manutenção das rotinas de backup	8	BR03
	BR08	Gerar de backup base histórica	8	BR01
	BR09	Restauração completa sob demanda	8	BR04
	BR10	Restauração físico parcial sob demanda	8	BR04, BR05
	BR11	Restauração lógico parcial sob demanda	8	BR04, BR06
	BR12	Restauração de base histórica	15	BR08
	BR13	Diagnóstico do Ambiente de Backup e Restore	8	

Grupos de Serviço	Número	Serviços	UST	Premissa
Desempenho	TN01	Diagnóstico de Performance do Ambiente	15	
	TN02	Geração de trace para identificar lentidão/erro	8	
	TN03	Ajuste em parâmetro da instância de banco	4	

	TN04	Análise de Operação Sql e recomendação de melhoria	8	TN02
	TN05	Correção das operações SQL identificada em análise	8	TN04
	TN06	Ajuste de performance no sistema operacional	4	
	TN07	Atualização de estatística em objeto do banco	8	
	TN08	Manutenção de Índice	8	

Grupos de Serviço	Número	Serviços	UST	Premissa
Atualização	AT01	Análise de pacote de scripts de migração de sistema	12	
	AT02	Execução de pacote de scripts de migração de sistema	12	AT01
	AT03	Disponibilidade para consultoria técnica	15	

## 2. CATÁLOGO DE SERVIÇOS DE SERVIDOR DE APLICAÇÃO E SISTEMAS OPERACIONAIS

### • TECNOLOGIAS CONTEMPLADAS:

- Sistemas operacionais Solaris, Oracle Linux, Debian, Ubuntu Server e SUSE Linux;
- Servidores de Aplicação JBOSS AS, JBOSS EAP, Tomcat e Wildfly.

Grupos de Serviço	Número	Serviços	UST	Premissa
Servidores de Aplicação	SA01	Implantação de ambientes de desenvolvimento, homologação e produção	20	
	SA02	Ajuste nos parâmetros da JVM quando aplicável	5	
	SA03	Atualização de versão do servidor de aplicação	20	
	SA04	Criação de recursos JDBC (datasources e pools de conexão)	5	
	SA05	Aplicação de patches de correção e/ou segurança quando aplicável	20	
	SA06	Atualização de aplicações - deploy	5	
	SA07	Remoção de aplicações - undeploy	5	
	SA08	Criação de usuários no servidor de aplicação	5	
	SA09	Criação de grupos de usuários no servidor de aplicação	5	
	SA10	Inicialização do serviço - start	5	
	SA11	Parada do serviço - stop	5	
	SA12	Edição de arquivos de configuração XML, quando não houver uma interface disponível	5	
	SA13	Instalação e atualização de drivers JDBC	10	
	SA14	Criação de ambiente cluster, quando suportado	40	
	SA15	Configuração de domínio	10	
	SA16	Configuração de portas de acesso	5	
	SA17	Configuração de Cache, quando aplicável	5	
	SA18	Configuração de scripts do sistema operacional para administração do serviço	5	

Grupos de Serviço	Número	Serviços	UST	Premissa
Arquitetura Linux	ALI01	Criação e configuração de sistemas de espelhamento (RAID) para discos do servidor	2	
	ALI02	Criação e montagem de partições para o Sistema operacional	2	AL01
	ALI03	Instalação do Sistema operacional	5	AL02
	ALI04	Preparação do Sistema operacional para instalação de banco de dados envolvendo pré-requisitos e parâmetros	2	AL03
	ALI05	Apresentação de novos discos locais ao Sistema operacional	2	

	ALI06	Configuração de interfaces e parâmetros de rede	3	
	ALI07	Instalação de novos pacotes e ou componentes do Sistema operacional	2	
	ALI08	Ativação/Instalação e Desativação de interface gráfica	2	

Grupos de Serviço	Número	Serviços	UST	Premissa
Arquitetura Windows	AW01	Criação e configuração de sistemas de espelhamento (RAID) para discos do servidor	2	
	AW02	Criação e montagem de partições para o Sistema operacional	2	AW01
	AW03	Instalação do Sistema operacional	5	AW02
	AW04	Preparação do Sistema operacional para instalação de banco de dados envolvendo pré-requisitos e parâmetros	2	AW03
	AW05	Apresentação de novos discos locais ao Sistema operacional	2	
	AW06	Configuração de interfaces e parâmetros de rede	3	
	AW07	Instalação de novos pacotes e ou componentes do Sistema operacional	2	

Grupos de Serviço	Número	Serviços	UST	Premissa
Serviços	SE01	Configuração de serviço de atualização automática de hora via servidor NTP	2	
	SE02	Configuração de serviço de compartilhamento de diretórios via SAMBA	2	
	SE03	Instalação de serviços de NFS entre servidores Linux	3	
	SE04	Configuração de ativação automática e manual de serviços no Sistema operacional	3	
	SE05	Configuração de serviços de inicialização do Sistema operacional	2	
	SE06	Disponibilidade para consultoria técnica	9	

Grupos de Serviço	Número	Serviços	UST	Premissa
Segurança	SGS01	Atualização de Pacotes do Sistema operacional	3	
	SGS02	Criação e manutenção de Usuários e grupos	2	
	SGS03	Aplicação de Patchsets de Segurança	3	
	SGS04	Criar mecanismo de controle e monitoramento para a utilização dos recursos do banco de dados	9	
	SGS05	Manutenção e atividade de auditoria	9	
	SGS06	Diagnóstico do Ambiente de Segurança e Acesso	5	
	SGS07	Regulamentar, estabelecer e disciplinar as regras para manipulação de informações e bom uso dos recursos do Sistema operacional	9	

Grupos de Serviço	Número	Serviços	UST	Premissa
Manutenção	MT01	Execução de rotinas de diagnóstico e reparo em discos com problemas lógicos	5	
	MT02	Criação de rotinas agendadas de manutenção e serviços	3	
	MT03	Testes de conectividade, roteamento e acessibilidade do servidor	3	
	MT04	Restabelecimento do ambiente por problemas físicos	9	
	MT05	Testes de conectividade, roteamento e acessibilidade do servidor	6	

Grupos de Serviço	Número	Serviços	UST	Premissa
Desempenho	DS01	Diagnóstico de Performance do Ambiente	9	
	DS02	Ajustes em parâmetros de Kernel e Semáforos para otimização do Ambiente	3	
	DS03	Testes de escrita e leitura em disco	3	

Grupos de Serviço	Número	Serviços	UST	Premissa
Outros serviços	OS01	Outros serviços de suporte e administração de sistemas gerenciadores de bancos de dados, sistemas operacionais e servidores de aplicação	A Definir	

### ANEXO III - TERMO DE COMPROMISSO COM A SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO/TJRR

A empresa \_\_\_\_\_, parte **CONTRATADA** no contrato \_\_\_\_/\_\_\_\_, neste ato representado pelo(a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador(a) da CI/RG n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, compromete-se, por intermédio do presente termo, a não divulgar sem prévia autorização informações confidenciais pertencentes ou custodiadas pelo **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA (TJRR)** às quais tiver acesso em decorrência da prestação do objeto do citado contrato, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Consideram-se informações confidenciais aquelas referentes a dados pessoais e dados pessoais sensíveis existentes no ambiente tecnológico ou físico do TJRR ou por ele contratado, bases de dados, topologias, planos, políticas, processos, códigos-fonte, serviços e sistemas tecnológicos vinculados ao TJRR.

§ 1º Em relação aos dados pessoais e dados pessoais sensíveis do TJRR, a **CONTRATADA** deverá realizar o tratamento de acordo com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) com a Política de Proteção e Privacidade de Dados Pessoais do TJRR.

§ 2º – Em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, a **CONTRATADA** deverá tratar a mesma sob sigilo até que venha a ser autorizada por escrito pelo TJRR a tratá-la diferentemente. De forma alguma se interpretará o silêncio do TJRR como a liberação do compromisso de manter o sigilo da informação.

§ 3º Excluem-se das disposições desta Cláusula informações que já estiverem comprovadamente disponíveis ao público em geral de qualquer forma que não em decorrência de sua revelação pela **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** A **CONTRATADA** concorda que as informações às quais terá acesso serão utilizadas exclusivamente no desempenho das atividades necessárias para execução do objeto contratado, em conformidade com o presente TERMO.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** A **CONTRATADA** obriga-se a conhecer e observar a Política de Segurança da Informação disponível no site do TJRR.

**CLÁUSULA QUARTA:** A **CONTRATADA** compromete-se a aplicar boas práticas de mercado relacionadas à segurança da informação (como, por exemplo, ABNT NBR 27002:2019, CIS Controls, OWASP, NIST Cybersecurity Framework, dentre outras), pertinentes ao serviço prestado, para garantir a segurança do seu ambiente tecnológico de forma a atender os Acordos de Níveis de Serviços (ANS) e os Acordos de Nível Operacional (ANO) estabelecidos em contrato, bem como garantir a proteção da confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações do TJRR que vierem a ser tratadas em seu ambiente tecnológico.

**CLÁUSULA QUINTA:** A **CONTRATADA** determinará a todos os seus representantes - assim considerados, diretores, administradores, sócios, empregados, prepostos, agentes, colaboradores e prestadores de serviço a qualquer título (incluindo consultores e assessores) que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação de serviços - a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

**CLÁUSULA SEXTA:** Caso a **CONTRATADA** seja obrigada, em decorrência de intimação de autoridade judiciária ou fiscal, a revelar quaisquer informações, notificará por escrito ao TJRR imediatamente acerca da referida intimação, de forma a permitir que o TJRR possa optar entre interpor a medida cabível contra a ordem judicial ou administrativa ou consentir, por escrito, com a referida revelação.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** A **CONTRATADA** obriga-se a informar imediatamente ao TJRR qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem como de seus empregados, prepostos e prestadores de serviço.

**CLÁUSULA OITAVA:** A **CONTRATADA** obriga-se a informar imediatamente ao TJRR a ocorrência de incidentes, tecnológicos ou não, que possam comprometer (ou possam ter comprometido) a confidencialidade, integridade ou a disponibilidade das informações do TJRR que são tratadas em seu ambiente tecnológico ou o cumprimento de ANS e ANO, bem como as medidas adotadas para contenção, tratamento, resposta e erradicação dos incidentes.

**CLÁUSULA NONA:** O descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo acarretará a responsabilidade civil e criminal dos que, comprovadamente, estiverem envolvidos no descumprimento ou violação.

### ANEXO IV - PROVA DE CONCEITO DA FERRAMENTA DE MONITORAMENTO DE INSTÂNCIAS DE BANCO DE DADOS (ITENS 2 E 3)

ITEM	REQUISITO	PERCENTUAL	ATENDEU (SIM/NÃO)	ACUMULADO
2.4.	Os chamados poderão ser registrados através do software de registro de chamados na WEB disponibilizado pela CONTRATADA, e-mail, ou telefone disponibilizado pela CONTRATADA;	3,33		0

3.4.	A verificação deverá ocorrer em intervalos máximos de 1 (um) minuto. Quando o serviço de monitoramento remoto alertar ao administrador do banco de dados da CONTRATADA sobre a existência de uma situação de risco potencial à disponibilidade e/ou desempenho do SGBD, o administrador deverá atuar para a solução e informar o acontecido ao(s) técnico(s) e fiscal técnico da CONTRATANTE. Todas as ações que visem a estabilidade do ambiente já estão inclusas no serviço de monitoramento;	3,33		0
3.5.1	Monitorar, no mínimo uma vez a cada minuto, a quantidade de sessões ativas em cada uma das bases de dados monitoradas, para detectar eventuais desvios do consumo de recursos computacionais;	3,33		0
3.5.2	Monitorar, no mínimo uma vez a cada minuto, a existência de bloqueios que estejam causando retenções no desempenho dos servidores de banco de dados, apresentando a origem, o usuário, o SQL que está causando os bloqueios;	3,33		0
3.5.3	Monitorar, no mínimo uma vez a cada minuto, a quantidade de espaço em disco disponível para o banco de dados, alertando sempre que o valor crítico (configurável de acordo com cada banco monitorado) de espaço disponível for atingido;	3,33		0
3.5.4	Monitorar, em intervalos parametrizáveis, a taxa de crescimento de tabelas críticas, indicadas pela CONTRATANTE ou identificadas pela CONTRATADA, alertando sempre que esta taxa estiver muito distante de sua curva de normalidade;	3,33		0
3.5.5	Monitorar com o objetivo de fazer os ajustes necessários e indicar soluções para manter o desempenho e disponibilidade das Plataformas de SGBD adequadas às necessidades da CONTRATANTE, bem como promover um diagnóstico completo dos SGBDs monitorados, com informações gerenciais e indicadores de desempenho essenciais à tomada de decisões de forma proativa;	3,33		0
3.6.2	O sistema de monitoramento deve coletar os itens e eventos do SGDB monitorado;	3,33		0
3.6.3	O sistema de monitoramento, em caso de incidente, deve ser capaz de apresentar o código de erro do incidente do SGDB monitorado;	3,33		0
3.6.4	O sistema de monitoramento deve ser capaz de notificar a CONTRATANTE em tempo real via e-mail, SMS, WhatsApp, Telegram ou outros canais os incidentes que causem lentidão e indisponibilidades. As notificações podem ser modificadas durante a vigência do contrato;	3,33		0
3.6.5	Os dados devem ser coletados em máximo a cada 1 (um) minuto;	3,33		0
3.6.7	Deve ser um sistema proativo, ou seja, capaz de antecipar problemas potenciais antes que afetem os usuários dos SGDBs e ser capaz de atuar para que não ocorram incidentes. As ações que o sistema de monitoramento vierem a fazer serão combinadas durante a vigência do contrato;	3,33		0
3.6.9	Deve ter auditoria de acesso e controle de permissões para garantir que apenas usuários autorizados tenham acesso aos dados de monitoramento;	3,33		0
3.6.10	O sistema de monitorização deve oferecer uma interface/tela para análise de ocorrências, por alarme, com informações textuais e gráficas, para períodos de 7, 15 ou 30 dias, com possibilidade de agrupamento dos dados por dia ou por hora.	3,33		0
3.6.11	Um aplicativo para dispositivos móveis, disponível nas plataformas iOS e ANDROID, deve ser disponibilizado, que possa mostrar, em qualquer momento, a situação atual do ambiente monitorado, bem como o progresso na resolução dos problemas identificados.	3,33		0
3.6.12	O sistema de monitorização deve fornecer uma interface WEB baseada na visão dos sistemas que são utilizados pela CONTRATANTE, relacionados aos bancos de dados monitorados. Esta configuração será executada pela CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após a vigência do contrato.	3,33		0

3.6.14	Os INCIDENTES registrados pelo sistema terão um acompanhamento inteligente em relação ao SLA, com escalonamento automático de responsabilidade, de acordo com o modelo de visualização de sistemas definidos no item 3.1.12.	3,33		0
3.6.15	O sistema de monitorização deve permitir o alarme baseado em regras de negócio, tais regras possam ser criadas nos bancos de dados monitorados e após uma avaliação técnica da CONTRATADA.	3,33		0
3.6.16	O sistema de monitorização deve permitir a simulação de diversos tipos de falha, para que o CONTRATANTE tenha condições de avaliar diferentes cenários de problemas e com isso possa tomar melhores decisões em relação ao investimento de recursos de TI.	3,33		0
3.6.17	O sistema de monitorização deve permitir o registro histórico de todas as mudanças de estado de todos os sensores reais ou lógicos, e esses dados serão utilizados para rastreabilidade de problemas facilitando a Gestão de Mudanças;	3,33		0
3.6.18	O sistema de monitorização deve permitir uma avaliação global e visual, de todas as falhas ocorridas que resultaram em algum impacto significativo nos sistemas, através de uma análise gráfica que possa retroagir ao momento em que a falha ocorreu, de forma a se analisar a falha e suas interdependências;	3,33		0
3.6.19	O sistema de monitorização deve ter uma interface que permita o acesso facilitado a todos os itens monitorados, de forma que cada item tenha um painel sumarizado com informações gráficas e textuais relevantes;	3,33		0
3.6.20	O sistema deve classificar suas ocorrências em pelo menos dois tipos: sensor de evento, permite que o problema possa ser registrado como resolvido por parte do operador, e sensor de estado, que são plenamente automatizados e só podem ser considerados resolvidos através de leituras do sistema;	3,33		0
3.6.21	O sistema de monitorização deve permitir propagação de alerta de forma customizada, onde o responsável operacional, gestor e usuário recebem as informações pertinentes às suas áreas.	3,33		0
3.7.1	O sistema de monitorização deve classificar suas mensagens e/ou alertas nos seguintes grupos: Disponibilidade dos Bancos de Dados;	3,33		0
3.7.2	O sistema de monitorização deve classificar suas mensagens e/ou alertas nos seguintes grupos: Processos Operacionais;	3,33		0
3.7.3	O sistema de monitorização deve classificar suas mensagens e/ou alertas nos seguintes grupos: Controle de Acesso;	3,33		0
3.7.4	O sistema de monitorização deve classificar suas mensagens e/ou alertas nos seguintes grupos: Utilização de I/O;	3,33		0
3.7.5	O sistema de monitorização deve classificar suas mensagens e/ou alertas nos seguintes grupos: Controle de Backup;	3,33		0
3.7.6	O sistema de monitorização deve classificar suas mensagens e/ou alertas nos seguintes grupos: Incidentes de Segurança;	3,33		0
	Porcentagem total	100,00	Total	0
	Quantidade de itens	30		





Documento assinado eletronicamente por **AMARO DA ROCHA E SILVA JUNIOR, Integrante Administrativo**, em 03/09/2024, às 13:24, conforme Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES BRAGA, Integrante Técnico**, em 03/09/2024, às 13:27, conforme Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



Documento assinado eletronicamente por **GEORGE WILSON LIMA RODRIGUES, Integrante Técnico**, em 04/09/2024, às 09:25, conforme a Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS RODRIGUES LIMA, Integrante Técnico**, em 04/09/2024, às 09:25, conforme art. 1º, III, "Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **2111046** e o código CF

## ANEXO II

### MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA, APÓS O ENCERRAMENTO DOS LANCES

**PREGÃO ELETRÔNICO n.º 00/2023.**

**Data do certame:** 00/00/2024, às 10h00min.

**Procedimento Administrativo n.º 0006447-10-2024.8.23.8000**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de infraestrutura de TI contemplando consultoria, projetos, instalação, configuração e apoio técnico em ambientes críticos de Data Center com monitoramento remoto, suporte e administração de sistemas gerenciadores de bancos de dados, sistemas operacionais e servidores de aplicação e Instalação de ambiente computacional para sustentação de aplicações críticas (SEI, Projudi, Sistemas Administrativos e Portais WEBs), para atender às necessidades dos Poder Judiciário do Estado de Roraima, conforme Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

GRUPO ÚNICO									
Item	Especificação	Und	Qtd.	Valor Unitário fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Mensal fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Anual do contrato fixado pelo TJRR(R\$)	Valor Unitário Ofertado pelo Licitante (R\$)	Valor Mensal Ofertado pelo Licitante (R\$)	Valor Anual do contrato Ofertado pelo Licitante (R\$)
01	Serviço de suporte e administração de sistemas gerenciadores de bancos de dados, sistemas operacionais e servidores de aplicação, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	UST	1200	400,05	Sob demanda	480.060,00			
02	Monitoramento de instância de produção MySQL (24x7), pelo período de 12 (doze) meses, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Und.	96	13.519,37	28.154,96	337.859,20			
03	Monitoramento de instância de produção PostgreSQL (24x7), pelo período de 12 (doze) meses, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	Und.	96	13.519,37	28.154,96	337.859,52			
VALOR TOTAL (R\$)									
VALOR TOTAL ESTIMADO DO TJRR R\$ 1.155.779,04									

Número do CNPJ:

Endereço Completo com CEP:  
Fone/Fax/Celular:  
E-mail:  
Banco/Nome e nº. da Agência/Conta Corrente  
Prazo de Validade da Proposta:  
Local e Data:

\_\_\_\_\_  
nome e assinatura do representante legal

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 000/2024

a) Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, DECLARO não ter no quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

ANEXO IV  
TERMO DE COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

A empresa \_\_\_\_\_ (NOME DAS EMPRESA), inscrita sob o CNPJ nº se compromete a contribuir com a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e efetivar, em processos internos e externos, o cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. Bem como, observar, sempre que possível, para a execução dos serviços as normas em vigor atinentes à sustentabilidade ambiental, as boas práticas estabelecidas na Resolução CNJ n. 400/2021, e pelo [Plano de Logística Sustentável do TJRR](#), instituído pela [Portaria nº 685 TJRR/PR, de 27 de abril de 2023](#).

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

ANEXO V  
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços N.º 000/2024  
Procedimento Administrativo n.º 0006447-10.2024.8.23.8000  
Pregão Eletrônico n.º 000/2024

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com sede na Praça do Centro Cívico, sem número, Centro, na cidade de Boa Vista, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 34.812.669/0001-08, neste ato, representado(a) pelo(a) ...(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria n.º ..... de ..... de ....., inscrito no CPF sob o n.º ..... Portador(a) da Carteira de Identidade n.º ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, em epígrafe, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e nas quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, na Lei n.º 14.133/21 e suas alterações, e no Decreto n.º 11.462/2023, observadas, ainda, as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

- 1. DO OBJETO**
- 1.1. Formação de sistema de registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte em caminhão cegonha, para execução de traslado interestadual de 2 (dois) veículos blindados, para os trechos Boa Vista - RR a Manaus - AM e Manaus - AM à Cidade de Boa Vista - RR, com endereços pré-definidos pelo TJRR, para atender às necessidades do poder Judiciário do Estado de Roraima, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.
- 2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, **contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação** no Portal Nacional das Contratações Públicas-PNCP, porrogáveis na forma do Decreto 11.462/2023.
- 2.2. O Edital do **Pregão** Eletrônico n.º 000/2024 e seus anexos são partes integrantes desta Ata, assim como a proposta vencedora e a ata da sessão pública do Pregão eletrônico, independente de transcrição.
- 3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, E DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTATIVOS**
- 3.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**3.2.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**3.3.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

**3.4.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**3.5.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**3.6.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do **subitem 3.1**.

**3.7.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador.

**3.8.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**3.9.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

#### **4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

**4.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**4.2.** O instrumento contratual, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

**4.3.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- a. aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- b. mantiverem sua proposta original.

**4.4.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

**4.5.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**4.6.** Os convocados no cadastrado reserva ou da classificação remanescente, passarão por processo de habilitação previsto em edital, quando convocados.

**4.7.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**4.8.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o **subitem 4.3**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**4.9.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

#### **5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**5.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- d. d. no caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

#### **6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**6.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**6.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**6.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**6.1.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**6.2.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**6.2.2.** Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das

sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**6.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, sendo necessária a análise das condições de habilitação nos moldes previstos em edital.

**6.2.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**6.2.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no **subitem 6.2** e no **subitem 6.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**6.2.6.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

- 7.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- a. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
  - b. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
  - c. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
  - d. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.e
  - e. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 7.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no **subitem 7.1** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 7.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 7.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- a. por razão de interesse público;
  - b. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
  - c. se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

**8. DAS PENALIDADES**

- 8.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas instrumento convocatório.
- 8.2.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

**9. CONDIÇÕES GERAIS**

**9.1.** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO do instrumento convocatório

**10. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**10.1.** O(s) preço(s) registrado(s), as especificações do objeto, a(s) quantidade(s), **fornecedor(es)** e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

GRUPO ÚNICO					
EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO COMPLETO:					
REPRESENTANTE:					
TELEFONE: E-MAIL:					
PRAZO DE ENTREGA:					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
01					
02					
03					
04					
Valor Total (R\$)					

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Boa Vista - RR \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

_____ Nome Secretário de Gestão Administrativa	_____ Representante legal Empresa
---	--------------------------------------

**ANEXO I - FORNECEDORES DO CADASTRO DE RESERVA**

CADASTRO RESERVA	
Classificação	Licitante

**ANEXO II - CLASSIFICAÇÃO FORNECEDORES QUE MANTIVERAM SUAS PROPOSTA**

FORNECEDORES QUE MANTIVERAM SUAS PROPOSTA	
Classificação	Licitante

**ANEXO VI - MINUTA DE CONTRATO  
EP. (2152605)****MINUTA DE CONTRATO - PR/SG/SGA/SUBCON**

Contrato de prestação de serviços de de infraestrutura de TI contemplando consultoria, projetos, instalação, configuração e apoio técnico em ambientes críticos de Data Center com monitoramento remoto, suporte e administração de sistemas gerenciadores de bancos de dados, sistemas operacionais e servidores de aplicação e Instalação de ambiente computacional para sustentação de aplicações críticas (SEI, Projudi, Sistemas Administrativos e Portais WEBs), para atender às necessidades dos Poder Judiciário do Estado de Roraima, oriundo da Ata de Registro de Preço \_\_\_\_/\_\_\_\_ (Pregão Eletrônico \_\_\_\_/\_\_\_\_), que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e \_\_\_\_\_, nos termos da Lei n. 14.133/2021.

**CONTRATANTE:** **Tribunal de Justiça do Estado de Roraima**, situado na Praça do Centro Cívico, nº 296, Centro, nesta cidade, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 34.812.669/0001-08, doravante denominado Contratante, neste ato representado por seu Secretário-Geral, \_\_\_\_\_, união estável, brasileiro, matrícula nº. - \_\_\_\_\_.

**CONTRATADO:** \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº \_\_\_\_\_, com sede localizada na Rua \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_, Telefones: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, E-mail: \_\_\_\_\_, daqui por diante designada Contratada, neste ato representada pelo Senhor (a) \_\_\_\_\_, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social], tendo em vista o que consta no Processo nº \_\_\_\_\_ e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**Cláusula Primeira – Objeto**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de infraestrutura de TI contemplando consultoria, projetos, instalação, configuração e apoio técnico em ambientes críticos de Data Center com monitoramento remoto, suporte e administração de sistemas gerenciadores de bancos de dados, sistemas operacionais e servidores de aplicação e Instalação de ambiente computacional para sustentação de aplicações críticas (SEI, Projudi, Sistemas Administrativos e Portais WEBs), para atender às necessidades dos Poder Judiciário do Estado de Roraima, nas condições estabelecidas no Termo de Referência 71/2024.

**1.2.** Objeto da contratação:

Item	Descrição	Und	Qtde	Valor unitário (R\$)	Valor mensal por instância (R\$)	Valor anual do contrato (R\$)
1	Serviço de suporte e administração de sistemas gerenciadores de bancos de dados, sistemas operacionais e servidores de aplicação.	UST			Sob demanda	
2	Monitoramento de instância de produção MySQL (24x7), pelo período de 12 (doze) meses.	Und.				
3	Monitoramento de instância de produção PostgreSQL (24x7), pelo período de 12 (doze) meses.	Und.				
<b>Total (R\$)</b>						

**1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:**1.3.1.** O Termo de Referência (2111046);

- 1.3.2. O Edital de Licitação (\_\_\_\_);
- 1.3.3. A Proposta do contratado (\_\_\_\_);
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### **Cláusula Segunda – Vigência e Prorrogação**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados da assinatura do contrato, podendo o prazo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, de acordo com o Art. 107 da Lei. 14.133/21.
- 2.2. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

#### **Cláusula Terceira – Modelos de Execução e Gestão Contratuais**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência nº 71/2024 (2111046).

#### **Cláusula Quarta – Subcontratação**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Cláusula Quinta - Preço e Pagamento**

##### **5.1. Preço:**

- 5.1.2. O valor da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

5.1.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

##### **5.2. Forma de Pagamento:**

- 5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

##### **5.3. Prazo de Pagamento**

- 5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 5.3.3 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ICTI (Índice de Custo da Tecnologia da Informação), mantido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Brasileiro — IPCA.

##### **5.4. Condições de Pagamento:**

- 5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, com os ajustes relativos ao IMR, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.
- 5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- o prazo de validade;
  - a data da emissão;
  - os dados do contrato e do órgão contratante, conforme consta na nota de empenho - TJRR ou FUNDEJURR;
  - o período respectivo de execução do contrato;
  - o valor a pagar;
  - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
  - Cadastro Nacional de Atividade - CNAE, correspondente ao serviço contratado;
  - Código da Classificação do Serviço (LC 116/2003);
  - Nomenclatura do(s) imposto(s) incidente(s);
  - Alíquota do(s) imposto(s) incidente(s);
  - Valor do(s) imposto(s);
  - Parcela(s) isenta(s) de tributos, caso possua;
  - Dados bancários vinculados ao CNPJ da empresa contratada;
  - informação se é optante do **SIMPLES NACIONAL**; e
  - Declaração de imunidade ou isenção de tributos, conforme Anexos II e III da Instrução Normativa RFB nº 1663, de 07 de outubro de 2016.

**5.4.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

**5.4.5.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**5.4.6.** Previamente a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**5.4.7.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**5.4.8.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

#### **Cláusula Sexta - Reajuste**

**6.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 4/9/2024 (2111046).

**6.2.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante negociação, e no limite do **Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI**, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade:

##### **Fórmula de cálculo:**

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

**Pr = preço reajustado ou preço novo;**

**P = preço atual (antes do reajuste);**

**V = variação percentual obtida na forma do caput desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.**

**6.3.** O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **Contratada**, nos termos do item **6.1.** desta cláusula.

**6.4.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**6.5.** Na prorrogação do contrato, não havendo a divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante realizará a devida atualização assim que o(s) índice(s) estiver(em) disponível(is), por meio da formalização de Termo de Apostilamento

**6.6.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**6.7.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**6.8.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**6.9.** O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **Cláusula Sétima - Obrigações do Contratante**

**7.1.** Além das Obrigações descritas no Termo de Referência, são obrigações do Contratante:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- g. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- i. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- j. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- k. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- l. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- m. Monitorar Constantemente o nível de qualidade do serviço prestado durante a execução do contrato, por meio do Instrumento de Medição dos Resultados - IMR, nas Condições estabelecidas no Termo de Referência.
- n. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- o. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **Cláusula Oitava - Obrigações do Contratado**

**8.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



- a. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- b. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- c. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- d. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- e. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- g. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- h. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- i. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- j. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- k. Realizar os serviços em rígida observância ao Termo de referência;
  1. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- m. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- n. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- o. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- p. Executar fielmente as obrigações contratuais, munindo-se de todos os insumos necessários para execução do objeto;
- q. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- r. Tomar todas as providências necessárias para a execução do objeto desta contratação, dentro dos parâmetros estabelecidos neste instrumento e na proposta apresentada pela instituição prestadora do serviço, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;
- s. Executar os serviços contratados tempestivamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos;
- t. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- u. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- v. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- w. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- x. Manter, durante o período de prestação dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- y. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- z. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- aa. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- ab. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- ac. Executar o serviço contratado, satisfatoriamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos pelo Instrumento de Medição dos Resultados - IMR.
- ad. Assinar o termo de ciência do Código de ética do Poder Judiciário de Roraima (Resolução nº 73/2023), constante no Anexo II, o qual será encaminhado pela CONTRATADA ao endereço eletrônico do CONTRATADO.
- ae. O fornecedor deve cumprir todas as leis e regulamentações aplicáveis em sua área de atuação, cumprindo as obrigações de compliance (Resolução TJRR/TP n. 71/2022).
- af. Manter a confidencialidade de todas as informações fornecidas pelo Contratante durante a execução dos Serviços.
- ag. A Contratada poderá, contados da assinatura deste instrumento, apresentar planilha de custos detalhada da proposta, contendo a descrição completa de todos os elementos que compõem o valor contratado, incluindo, mas não se limitando, a insumos, mão de obra, materiais, tributos, encargos sociais, despesas administrativas e demais custos diretos e indiretos. A apresentação da planilha de custos detalhada tem caráter opcional e servirá como ferramenta para facilitar a análise de eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro que venham a ser apresentados pela Contratada, conforme disposto na legislação vigente. As informações contidas na referida planilha deverão ser tratadas com confidencialidade por ambas as partes, sendo vedada sua divulgação a terceiros, salvo quando exigido por lei ou decisão judicial.

## 8.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:

- a. A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- b. Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções

administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

### **8.3. Comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA:**

**8.3.1.** A CONTRATADA deverá manter atualizado o seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

**8.3.1.1.** A solicitação de credenciamento deverá ser realizada pelo sítio [www.tjrr.jus.br](http://www.tjrr.jus.br).

**8.3.1.2.** A não solicitação de credenciamento dentro do prazo estabelecido poderá ocasionar na aplicação das Sanções Administrativas previstas no instrumento contratual.

**8.3.2.** O endereço de e-mail do representante legal da CONTRATADA para fins de recebimento de notificação e demais comunicações inerentes à execução do objeto deverá ser informado na proposta, devendo ser o mesmo a ser cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como previsto no Termo de Referência.

**8.3.3.** Durante a execução do objeto, qualquer comunicação, tais como cartas, ofícios, notificações, entre outros, será realizada prioritariamente via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sendo que a CONTRATADA disporá do prazo de até 05 (cinco) dias corridos para leitura e assinatura da notificação, a partir da liberação do link de assinatura eletrônica.

**8.3.4.** Exaurido o prazo previsto no subitem anterior, a CONTRATADA considerará-se devidamente notificada, iniciando, assim, eventuais prazos dos atos subsequentes, como, por exemplo, no caso de intimações para apresentar defesa prévia.

**8.3.5.** A adoção de comunicações digitais é o resultado da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Assim, os processos administrativos que tramitam sob a tutela deste sistema computacional dispensam a utilização do meio físico papel.

**8.3.6.** A CONTRATADA deverá manter Preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de execução do objeto, para representá-lo administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração (Anexo I) onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como número telefônico para contato e endereço de e-mail.

**8.3.6.1.** O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas e outras questões referentes ao objeto.

### **Cláusula Nona – Garantia de Execução**

**9.1.** A CONTRATADA deverá apresentar à Administração, por meio da FISCALIZAÇÃO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do contrato, nos moldes do artigo 96 da Lei 14.133/2021 e §7º, artigo 1º, da [Lei nº 14.770, de 2023](#).

**9.1.1.** O prazo para apresentação de garantia contratual é prorrogável por igual período, a critério da Administração.

**9.2.** A garantia deverá possuir validade até 03 (três) meses após o término da vigência contratual, conforme inciso I, do art. 97 da Lei 14.133/2021.

**9.3.** Nos termos do art. 97, inciso I, da Lei 14.133/2021, a adequação da garantia legal prestada é condição para acréscimos, supressões e eventuais repactuações contratuais.

### **Cláusula Décima - Obrigações Pertinentes à LGPD**

**10.1.** As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**10.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

**10.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**10.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**10.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**10.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**10.7.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**10.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**10.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**10.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**10.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**10.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

### **Cláusula Décima Primeira – Infrações e Sanções Administrativas**

**11.1.** As infrações e sanções administrativa previstas nos artigos 155 e 156, da Lei 14.133/2021 serão aplicadas, garantida a ampla defesa e o contraditório, conforme a [INSTRUÇÃO NORMATIVA TJRR/SG N. 007/2023](#), publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 26 de setembro de 2023.

**11.2.** A contratada que descumprir, total ou parcialmente, regra estabelecida no contrato celebrado com o TJRR ficarão sujeitas às seguintes sanções:

- a. multa;
- b. advertência;
- c. impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima;
- d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

**11.2.1.** As sanções a que se referem as alíneas "b", "c", e "d" do **subitem 11.2.** poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

**11.2.2.** A sanção de impedimento de licitar e contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a de declaração de inidoneidade.

**11.2.3.** A aplicação das sanções previstas no **subitem 11.2.** não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

**11.3.** A sanção de multa moratória será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- a. 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, para 1 (um) dia de atraso;
- b. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 2 (dois) dias até o limite de 30 (trinta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;
- c. 10% (dez por cento), com acréscimo de 0,13% (treze centésimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 30 (trinta) dias até o limite de 60 (sessenta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato.

**11.3.1.** Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela contratada de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega ou a prestação do serviço.

**11.3.2.** Após o 60º (sexagésimo) dia de atraso, a fiscalização do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

**11.3.3.** A sanção de multa compensatória será imposta à contratada que executar parcialmente o objeto contratado ou não o executar, situação em que restará configurada, respectivamente, a inexecução parcial e a inexecução total do contrato, podendo, nesses casos, o TJRR rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto nos arts. 137 e seguintes da Lei 14.133/2021.

**11.3.3.1.** A inexecução parcial do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela não cumprida.

**11.3.3.2.** A inexecução total do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato.

**11.4.** Da aplicação das penalidades definidas nesta Cláusula, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação.

**11.5.** O recurso deverá ser dirigido à Secretaria de Gestão Administrativa - SGA, a qual instruirá o feito e o submeterá à Secretaria Geral.

**11.6.** As sanções será aplicada definitivamente serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e nos sistemas internos do Tribunal.

**11.7.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa, sem prejuízo da inscrição em base de dados de serviços de proteção ao crédito bem como o protesto dívida em cartório.

## **Cláusula Décima Segunda – Da Extinção Contratual**

**12.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**12.2.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**12.3.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**12.4.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação

**12.5.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.
- b. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**I** - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.6.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c. Indenizações e multas.

**12.7.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**12.8.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

## **Cláusula Décima Terceira – Dotação Orçamentária**

**13.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do Programa de Trabalho nº 00.000.00.000.0000.0000 - \_\_\_\_\_, elemento de despesa 0.0.00.00 - \_\_\_\_\_, da Unidade Orçamentária \_\_\_\_\_.

**13.2.** A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à Contratante, na Lei Orçamentária Anual.

## **Cláusula Décima Quarta – Dos Prazos**

**14.1.** O instrumento contratual será assinado no prazo de até 02 (dois) dias úteis, nos termos do art. 90 da Lei 14.133/2021.

## **Cláusula Décima Quinta – Dos Casos Omissos**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **Cláusula Décima Sexta – Alterações**

**16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**16.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**16.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**16.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **Cláusula Décima Sétima – Publicação**

**17.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no Diário da Justiça Eletrônico deste Poder Judiciário, de forma a atender à Res. TJRR nº 5/2007.

#### **Cláusula Décima Oitava – Foro**

**18.1.** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca de Boa Vista/RR, conforme art. [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Para firmeza e validade do pactuado, depois de lido e por estarem de acordo, os representantes das partes assinam este instrumento eletronicamente.

### **ANEXO I**

#### **Declaração de Preposto**

Eu, (Incluir nome do representante), representante legal da empresa, declaro, para os devidos fins, que referida empresa se compromete a manter preposto, durante o prazo de vigência do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Nome do Preposto:

CPF:

RG:

Qualificação Profissional:

Endereço:

Telefone/WhatsApp:

E-mail:

### **ANEXO II**

#### **Declaração de Ciência do Código de Ética do TJRR**

Eu, \_\_\_\_\_, representante legal da empresa \_\_\_\_\_, CONTRATADA deste Egrégio Tribunal, por meio da formalização do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO ter pleno conhecimento do Código de Ética e Conduta do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, comprometendo-me a agir de acordo com seus princípios, de forma ética, respeitando os direitos e a dignidade de todas as pessoas, evitando conflitos de interesse e mantendo a confidencialidade das informações, instituído por meio da Resolução TJRR/TP nº 73 de 14 de dezembro de 2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico - DJE nº 7293 de 28 de dezembro de 2022 ([CÓDIGO DE ÉTICA - RESOLUÇÃO 73/2022](#)). Zelarei pela qualidade da prestação dos meus serviços e reportarei qualquer violação ao código. Assumo a responsabilidade por minhas ações e estou ciente das consequências em caso de descumprimento.

Boa Vista, RR \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

### **ANEXO III**

#### **Declaração não Emprego de Menor**

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o \_\_\_\_\_, **DECLARA:**

para fins do disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

#### ANEXO IV

##### Declaração de Antinepotismo

Eu, \_\_\_\_\_ representante legal da empresa \_\_\_\_\_, **DECLARO:**

Que não possuo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento neste Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, bem como sócios e empregados que possuam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, conforme disciplina a Resolução n.º 07, de 18/10/2015, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, alterada pela Resolução n.º 229, de 22/06/2016.

#### ANEXO V

##### Termo de Confidencialidade e Sigilo

O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, sediado na Praça do Centro Cívico, 296 - Centro - CEP 69 301-380, CNPJ n.º 34.812.669/0001-08, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, sediada na Rua/Avenida \_\_\_\_\_, N.º \_\_\_\_\_, BAIRRO \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_\_, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

##### **Cláusula Primeira - DO OBJETO**

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a [Lei n.º 12.527/2011](#) e o [Decreto n.º 7.724/2012](#), que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, além da Lei nº 13.709, de 14/08/2018 que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

##### **Cláusula Segunda - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

**INFORMAÇÃO:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

**INFORMAÇÃO SIGILOSA:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

**CONTRATO:** contrato celebrado entre as partes, o qual este TERMO se vincula.

### **Cláusula Terceira - DA INFORMAÇÃO SIGILOSA**

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador de íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO celebrado entre as partes.

### **Cláusula Quarta - DOS LIMITES DO SIGILO**

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I.

sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II.

tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III.

sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

### **Cláusula Quinta - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em qualquer hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I. A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a relação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações relevadas à outra parte em função deste TERMO.

I. Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados e contratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como manter a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I.

Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II.

Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III.

Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV.

Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

#### **Cláusula Sexta - DA VIGÊNCIA**

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO.

A vigência deste Termo independe do prazo de vigência do contrato assinado.

#### **Cláusula Sétima - DAS PENALIDADES**

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme art. 155 a 163 da Lei nº. 14.133/21.

#### **Cláusula Oitava - DISPOSIÇÕES GERAIS**

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO.

Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo - O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumento conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Havendo necessidade legal devido a Programas de Governo, a CONTRATADA assume o compromisso de assinar Termo de Sigilo (ou equivalente) adicional relacionado ao Programa, prevalecendo as cláusulas mais restritivas em benefício do CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I.

O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II.

A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO;

III.

A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV.

Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V.

O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI.

Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterização ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII.

O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO;

VIII.

Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

#### **Cláusula Nona - DO FORO**

O CONTRATANTE elege o foro da cidade de Boa Vista - RR, onde está localizada a sede do CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes eletronicamente.

De acordo.



Documento assinado eletronicamente por **MANOEL MARTINS DA SILVA NETO, Subsecretário(a)**, em 21/10/2024, às 13:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **2162544** e o código CRC **4EC12CE5**.



